

NEXPE PARTICIPAÇÕES S.A.
(Em recuperação judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

NEXPE PARTICIPAÇÕES S.A.
(Em recuperação judicial)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Demonstrações do valor adicionado individual e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Nexpe Participações S.A. – Em Recuperação Judicial – (“Nexpe” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o seu Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensagem da Administração

Após conclusão das vendas das quatro Unidades Produtivas Isoladas (“UPIs”), conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), a Companhia passou a operar com uma estrutura administrativa reduzida, com foco na gestão dos contratos de licenciamento de suas marcas e na administração financeira dos recebíveis decorrentes das vendas das UPIs Abyara, MF e Bamberg, bem como na execução dos compromissos estabelecidos no PRJ. Essa nova configuração operacional resultou em reduções significativas de custos fixos e de despesas com infraestrutura e pessoal. Adicionalmente, a Nexpe também passou a dedicar esforços à avaliação de oportunidades estratégicas, incluindo possíveis operações societárias.

As principais transformações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 incluem (i) conclusão da cessão de ativos e carteiras operacionais, consolidando a saída da Companhia do setor de intermediação e administração de imóveis; (ii) redução definitiva da estrutura operacional anterior, com a transformação das subsidiárias entidades não operacionais ou a sua alienação no contexto da recuperação judicial, e (ii) encerramento das operações imobiliárias deficitárias, conforme diretrizes do PRJ.

A Administração da Companhia permanece comprometida com a condução responsável do processo de recuperação judicial, com foco na reestruturação dos passivos, na busca de oportunidades para possíveis operações societárias que preservem valor para seus stakeholders e maximizem o valor da Companhia.

No quadro a seguir, apresentamos a composição do EBITDA¹ e do EBITDA Ajustado¹ das operações continuadas do Grupo, partindo do prejuízo apurado nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, conforme conciliado com as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia, em linha com a Instrução CVM 156/22.

(em R\$ mil, exceto %) ¹	Períodos encerrados em			
	31 de dezembro de 2025 e 2024			
Medições não contábeis	2025	AH%	2024	AH%
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	107.728	-247,55%	(73.011)	44,38%
(Prejuízo) Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	(178)	-2642,86%	7	-99,73%
Lucro (Prejuízo) do período	107.550	-247,32%	(73.004)	52,07%
(-) Resultado financeiro	8.711	-78,89%	41.260	127,37%
(-) Imposto de renda e contribuição social	794	4078,95%	19	-126,39%
(-) Depreciação e amortização	1.679	-80,78%	8.734	-23,57%
EBITDA (1)	118.734	-616,44%	-22.991	24,26%
(-) Ajuste ao valor recuperável de ativos	0	0%	2104	100%
EBITDA Ajustado das operações continuadas (1)	118.734	-668,46%	-20.887	12,88%

Por fim, agradecemos novamente o comprometimento e a parceria de nossa equipe, que tem demonstrado competência e resiliência excepcionais.

¹ O EBITDA e o EBITDA Ajustado das operações continuadas não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (“IFRS”), não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. O Grupo utiliza o EBITDA e o EBITDA Ajustado das operações continuadas como indicadores adicionais de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

- Relacionamento com os auditores independentes

A Companhia contratou a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. ("BDO") para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As políticas da Nexpe na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam a assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

A BDO não foi contratada para prestar qualquer outro serviço que não o relacionado a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Charles de Castro
CEO, CFO & IRO do Grupo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Nexpe Participações S.A. - Em recuperação judicial
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Nexpe Participações S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Nexpe Participações S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Homologação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que em 23 de abril de 2024 o Juízo competente pela recuperação judicial da Nexpe e suas subsidiárias proferiu decisão confirmando os termos do plano de recuperação judicial (com ressalvas quanto à previsão no plano de extinção de protestos e de extensão dos efeitos da recuperação judicial a coobrigados das recuperandas) e concedendo a recuperação judicial, outorgando prazo de um ano para que seja apresentada a CND da Global Consultoria. Em 25 de abril de 2024, a Companhia obteve a CND da Global, a qual foi apresentada ao Juízo competente de maneira a cumprir a ressalva indicada no processo. A decisão de concessão da recuperação judicial foi publicada em 26 de abril de 2024, de certo que todos os prazos previstos no plano passaram a ser contados a partir de 29 de abril de 2024, primeiro dia útil após a publicação.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentaram excedente do passivo circulante sobre o ativo circulante ("CCL") nos montantes de R\$ 17.496 mil e R\$ 92.817 mil, individual e consolidado, respectivamente, provisão para perda de investimentos no montante de R\$ 112.136 mil, lucro operacional nos montantes de R\$ 102.633 mil e R\$ 117.055 mil, individual e consolidado, respectivamente, lucro do exercício nos montantes de R\$ 107.728 mil e R\$ 107.550 mil, individual e consolidado, respectivamente e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 103.034 mil.

Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas subsidiárias. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o pressuposto de sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil definida e longa duração

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 14 e 15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos tangíveis e intangíveis em montantes relevantes. A Diretoria da Companhia aplica, no mínimo, anualmente procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis e intangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Diretoria sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- O envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade destes ativos;
- Avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros e demonstrações do resultado comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos;
- Avaliação da metodologia de cálculo e da análise de sensibilidade das premissas; e
- Avaliação das políticas contábeis e outras informações elucidativas divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela Diretoria da Companhia e suas controladas, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes - cíveis, trabalhistas e fiscal

Conforme Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas são parte passiva em processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades, que podem resultar em desembolsos significativos em caso de decisões desfavoráveis para a Companhia e suas controladas.

A mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes requer julgamento profissional da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação do risco desses processos e, conseqüentemente, da sua mensuração, esses podem resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e por isso consideramos o assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação dos procedimentos relativos a identificação e acompanhamento dos processos em que a Companhia é parte, especificamente os critérios para estimativa de perda utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados;
- Obtenção de lista de consultores legais que representam a Companhia e suas controladas nos processos e obtivemos e analisamos a carta de confirmação contendo informações sobre os montantes envolvidos e avaliação de risco de perda dos consultores legais externos da Companhia e de suas controladas, bem como dados e informações históricas e confrontamos com os valores considerados pela Companhia e suas controladas; e
- Avaliação das políticas contábeis e outras informações elucidativas divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas e se fornecem informações sobre a natureza, exposição e os valores de riscos provisionados ou divulgados, sobre os principais processos envolvendo a Companhia e suas controladas.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela Diretoria da Companhia, para o reconhecimento das contingências, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Reapresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia identificou e procedeu a ajustes nos valores correspondentes referentes a 31 de dezembro de 2024, os quais foram originalmente base para opinião com ressalva conforme nosso relatório emitido em 27 de março de 2025 sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2024. Não fomos contratados para reemissão do relatório de auditoria sobre tais valores correspondentes, entretanto, os assuntos abaixo descritos, que foram base para opinião com ressalva, foram resolvidos e não produzem efeitos em relação as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Realização de créditos tributários previdenciários

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém registrado na rubrica “impostos e contribuições a recuperar”, no ativo circulante, os montantes de R\$ 913 mil e R\$ 4.317 mil, individual e consolidado, respectivamente, dos quais os montantes de R\$ 406 mil e R\$ 2.627 mil, individual e consolidado, respectivamente, referem-se a créditos tributários previdenciários. No 4º trimestre de 2024, a Companhia contratou uma consultoria especializada para assessorar na estruturação de uma proposta de transação individual junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022, considerando o contexto da recuperação judicial em curso. O objetivo foi avaliar a viabilidade de regularização dos débitos tributários federais, por meio de descontos, utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, e parcelamento do saldo remanescente. Como procedimento de auditoria, solicitamos a Companhia a composição dos referidos créditos tributários previdenciários, com o objetivo de obter evidências quanto a sua existência e realização. No entanto, a Companhia não havia apresentado a composição desses valores e outros elementos suficientes que comprovassem a adequação e realização dos referidos créditos tributários previdenciários. Durante o transcorrer do exercício de 2025, a Diretoria da Companhia realizou um levantamento extensivo dos registros relacionados aos créditos previdenciários. Com a conclusão desses trabalhos, as distorções significativas foram reconhecidas nas cifras comparativas de 2024.

Não reconhecimento de multa e juros de mora sobre os débitos tributários com suspensão de parcelamento

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia mantém registrado na rubrica “impostos e contribuições a recolher”, no passivo circulante e não circulante, os montantes de R\$ 6.709 mil e R\$ 43.779 mil, individual e consolidado, respectivamente, dos quais os montantes de R\$ 3.353 mil e R\$ 33.817 mil, individual e consolidado, respectivamente, referem-se a débitos tributários federais e previdenciários ingressados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A Diretoria da Companhia determinou que os pagamentos dos parcelamentos em andamento fossem suspensos a partir de janeiro de 2024. O objetivo dessa medida era de buscar condições mais favoráveis em relação a juros e atualizações monetárias e descontos no valor principal da dívida, por meio de uma nova transação, vinculada à Revisão de capacidade de Pagamento para fins da transação (CAPAG). Apesar da suspensão dos pagamentos, alguns parcelamentos permaneceram ativos e em atraso. O registro contábil da atualização considerou todos os parcelamentos como vigentes, incluindo a redução de multas e juros, mesmo que tais condições não tenham sido reprocessadas na situação anterior. No 4º trimestre de 2024, a Companhia contratou uma consultoria especializada para assessorar na estruturação de uma proposta de transação individual junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022, considerando o contexto da recuperação judicial em curso.

O objetivo foi avaliar a viabilidade de regularização dos débitos tributários federais, por meio de descontos, utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, e parcelamento do saldo remanescente. Diante do exposto, os valores correspondentes a multa e os juros de mora sobre os débitos tributários federais e previdenciários em regime de suspensão junto a PGFN não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 da Companhia. Durante o transcorrer de 2025 a Diretoria da Companhia realizou um levantamento extensivo dos débitos tributários federais e previdenciários, tendo recalculado a composição dos referidos débitos tributários federais e previdenciários em regime de suspensão junto a PGFN, incluindo todos os encargos necessários.

Com a consolidação das informações recebidas da PGFN e a reorganização interna da Companhia, foi possível: i) levantar integralmente os débitos tributários federais e previdenciários; ii) recalcular juros SELIC e multas legais até dezembro/2025; e iii) reconhecer todos os encargos necessários, conforme exigido pelo pronunciamento técnico CPC 25. Com a conclusão desses trabalhos, as distorções significativas foram reconhecidas nas cifras comparativas de 2024.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2 - S - SP

NEXPE PARTICIPAÇÕES S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais
Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24		Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
		(Reapresentado)		(Reapresentado)			(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Ativo circulante					Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	296	565	6.363	Fornecedores	1.692	1.611	2.423	1.030
Contas a receber de clientes	7	264	81	995	994	Arrendamento custo amortizado	16	365	342	365
Adiantamentos a fornecedores		126	347	135	519	Salários, provisões e contribuições sociais		87	345	305
Impostos a recuperar	8	-	42	169	334	Parcelamentos judiciais	17	297	174	1.644
Dividendos e JCP a receber	19.2	-	1.923	-	-	Impostos e contribuições a recolher	18	9.929	8.565	72.800
Despesas antecipadas		240	320	276	372	Dividendos a pagar		7	7	-
Outros créditos	20	215	581	896	4.086	Provisão para riscos processuais	22	289	580	9.119
Ativo mantido para venda	10	-	896	-	6.367	Adiantamentos de clientes		-	123	14
						Valores a repassar de operação		-	-	-
						Passivo associado a ativo mantido para venda	10	-	134.891	-
						Outras contas a pagar	20	5.675	4.612	9.183
						Total do passivo circulante		18.341	151.250	95.853
Total do ativo circulante		845	4.486	3.036	19.035					222.920
Ativo não circulante					Passivo não circulante					
Terrenos e imóveis disponíveis para venda	9	340	340	735	735	Fornecedores		133	1.183	417
Empréstimos com Partes Relacionadas	19.1	24.500	106.673	1.142	1.243	Parcelamentos judiciais	17	348	-	1.166
Depósitos judiciais	11	-	621	-	5.358	Salários, provisões e contribuições sociais		-	88	-
Outros créditos	20	607	61	2.138	266	Impostos e contribuições a recolher	18	259	260	784
		25.447	107.695	4.015	7.602	Arrendamento custo amortizado	16	86	416	86
						Provisão para riscos processuais	22	434	870	14.435
						Provisão para perdas em investimentos	12	112.136	171.997	-
						Outras contas a pagar	20	1.001	1.489	1.108
						Total do passivo não circulante		114.397	176.303	17.996
Investimentos em controladas	12	223	1	-	-	Patrimônio líquido	23			
Direito de uso em arrendamentos	13	368	250	367	252	Capital social		815.460	815.460	815.460
Imobilizado	14	534	799	540	950	Reserva de capital		25.199	25.199	25.199
Intangível						Ações em tesouraria		(3)	(3)	(3)
Vida útil indefinida	15	1.052	1.052	1.169	2.102	Transações com não-controladores		(32.874)	(79.591)	(32.874)
Vida útil definida	15	1.235	2.508	1.770	2.637	Prejuízos acumulados		(910.816)	(971.827)	(910.816)
		3.412	4.610	3.846	5.941					
Total do ativo não circulante		28.859	112.305	7.861	13.543	Patrimônio líquido dos controladores		(103.034)	(210.762)	(103.034)
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	82
						Total do patrimônio líquido		(103.034)	(210.762)	(102.952)
Total do ativo		29.704	116.791	10.897	32.578	Total do passivo e patrimônio líquido		29.704	116.791	10.897
										32.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NEXPE PARTICIPAÇÕES S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação - básico e diluído)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receita de serviços		680	366	764	129.005
Descontos e abatimentos		-	-	-	(174)
Impostos incidentes		(94)	(50)	(105)	(14.522)
Receita líquida	24	586	316	659	114.309
Custo dos serviços prestados	25	-	(11)	(9)	(62.497)
Resultado bruto		586	305	650	51.812
Despesas administrativas	26	(7.356)	(14.038)	(13.734)	(57.092)
Honorários de diretoria	19.4	(297)	(458)	(297)	(789)
Depreciações e amortizações		(1.405)	(5.125)	(1.679)	(8.734)
Outras despesas e receitas operacionais	28	141.342	(4.335)	132.115	(16.731)
Equivalência patrimonial	12	(30.237)	(55.162)	-	(191)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		102.633	(78.813)	117.055	(31.725)
Despesas financeiras	27	(1.229)	(16.239)	(9.075)	(56.151)
Receitas financeiras	27	6.990	22.041	364	14.891
Resultado financeiro		5.761	5.802	(8.711)	(41.260)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		108.394	(73.011)	108.344	(72.985)
Despesa de imposto de renda corrente	21	(483)	-	(570)	(12)
Despesa de contribuição social corrente	21	(183)	-	(224)	(7)
Lucro (Prejuízo) do exercício nas Operações Continuadas		107.728	(73.011)	107.550	(73.004)
Lucro (Prejuízo) do exercício de operações descontinuadas		-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		107.728	(73.011)	107.550	(73.004)
Atribuído aos acionistas controladores		107.728	(73.011)	107.728	(73.011)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(178)	7
Lucro (Prejuízo) por ação em Reais (básico e diluído)	22	124,25375	(84,21107)		
Quantidade média de Ações em milhares (em circulação)	22	867	867		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NEXPE PARTICIPAÇÕES S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	107.728	(73.011)	107.550	(73.004)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	107.728	(73.011)	107.550	(73.004)
Atribuído as acionistas controladores	107.728	(73.011)	107.728	(73.011)
Atribuído a acionistas não controladores	-	-	(178)	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NEXPE PARTICIPAÇÕES S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital			Reserva de opção de compra de ações	Transação com não- controladores		Lucros ou prejuízos acumulados	Total patrimonio liquido dos controladores	Acionistas não controladores	Total patrimonio liquido consolidado
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria		Opção de compra de participação de	Aquisição de participação de não				
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	815.460	37.433	(17.562)	5.325	(46.717)	(32.874)	(898.816)	(137.751)	253	(137.498)
Recompra de ações de tesouraria	-	(12.234)	17.559	(5.325)	-	-	(73.011)	(73.011)	7	(73.004)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(73.011)	(73.011)	7	(73.004)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	815.460	25.199	(3)	-	(46.717)	(32.874)	(971.827)	(210.762)	260	(210.502)
Opções de compras de ações não exercidas	-	-	-	-	46.717	-	(46.717)	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	107.728	107.728	(178)	107.550
Saldos em 31 de dezembro de 2025	815.460	25.199	(3)	-	-	(32.874)	(910.816)	(103.034)	82	(102.952)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	108.394	(73.011)	108.344	(72.985)
Ajustes para reconciliação entre prejuízo líquido e o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:				
Depreciações	250	356	253	643
Amortizações	1.273	4.475	1.563	6.934
Amortizações de Arrendamento Mercantil	295	294	298	1.157
Baixa do contrato de arrendamento		-		(1.683)
Baixa de ágio sobre investimento		1.717		
Baixa e ativos e passivos relacionados a alienação	(142.003)		(138.619)	
Equivalência patrimonial	30.236	55.162		191
Provisão de IR e CSL	666	-	794	19
Provisão (reversão) de perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(127)	127	(84)	477
Juros empréstimos e financiamentos		7.737		7.737
Juros sobre atrasos de impostos e contribuições	979	1.580	8.252	20.525
Provisão para riscos processuais	(595)	(1.770)	1.656	8.981
Ajuste a valor presente contas a receber		-		
Baixa Imobilizado e Intangível	15	3.468	416	9.678
Juros sobre os parcelamentos de impostos e contribuições	4		203	
Despesa com Juros sobre arrendamentos	40	60	40	194
Receita com juros sobre mútuos, controladas e acionistas	(7.268)	6.689	(3)	6.689
Variações em ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	(56)	(25)	83	2.012
Adiantamento a fornecedores	221	(3)	384	(294)
Impostos a recuperar	42	1.906	165	2.627
Despesas antecipadas	80	(71)	96	355
Outros créditos		64		(405)
Depósitos Judiciais	621	5.011	5.358	5.470
Outros ativos circulantes	(180)		1.318	
Fornecedores	(1.100)	1.331	(173)	375
Pagamento juros sobre arrendamento	(40)	(60)	(40)	(194)
Salários e encargos a pagar	(346)	(987)	(1.354)	313
Impostos e contribuições a recolher	(952)	1.024	(2.042)	5.992
Adiantamentos de clientes	(123)	123	(236)	137
Outros passivos circulantes	575	1.832	2.369	4.625
Outros exigíveis	471	70	(2.210)	(1.563)
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades operacionais continuadas	(8.628)	17.099	(13.169)	8.007
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades operacionais	(8.628)	17.099	(13.169)	8.007
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(5)
Partes relacionadas	82.248	(9.017)	101	(1.944)
Caixa decorrente da transferência do ativo mantido para venda	-	-	-	(6.053)
Investimentos	-	-	-	(4.944)
Ativo mantido para venda	8.008	-	8.008	-
Adição ativo imobilizado	-	(7)	-	(1.120)
Adição ativo intangível	-	-	(22)	(2.573)
Direito de uso em arrendamentos	(720)	(288)	(720)	(287)
Caixa líquido gerado (consumido) provenientes das atividades de investimento das operações continuadas	89.536	(9.312)	7.367	(16.926)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento das operações descontinuadas	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) provenientes das atividades de investimentos	89.536	(9.312)	7.367	(16.926)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos com Terceiros				
Dividendos recebidos	1.922	502	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	(1.293)	-	198
Caixa líquido gerado (consumido) provenientes das atividades de financiamentos com terceiros das operações continuadas	1.922	(791)	-	198
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento com terceiros das operações descontinuadas	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) proveniente nas atividades de financiamento com terceiros	1.922	(791)	-	198
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos com Acionistas				
Aumento (redução) de capital	(90.394)	(6.982)		
Empréstimos com Partes Relacionadas	7.268	(1.305)	4	7.159
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades de financiamento com acionistas	(83.126)	(8.287)	4	7.159
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento com acionistas das operações descontinuadas	-	-	-	-
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(296)	(1.291)	(5.798)	(1.562)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	296	1.587	6.363	7.925
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	296	565	6.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Receitas				
Vendas de serviços	680	366	764	128.831
Outras receitas	8.025	6	2.520	3.408
Provisão / reversão de Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	127	(127)	84	(477)
	8.832	245	3.368	131.762
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(6.235)	(7.470)	(12.762)	(79.429)
	(6.235)	(7.470)	(12.762)	(79.429)
Valor adicionado bruto	2.597	(7.225)	(9.394)	52.333
Depreciações e amortizações	(1.405)	(7.229)	(1.675)	(10.782)
	(1.405)	(7.229)	(1.675)	(10.782)
Valor adicionado líquido produzido pela empresa	1.192	(14.454)	(11.069)	41.551
Resultado de equivalência patrimonial	(30.237)	(55.162)	-	(191)
Provisão para perdas em investimentos	134.891	(2.219)	134.891	(2.219)
Receitas financeiras	6.990	22.041	7.476	22.579
	111.644	(35.340)	142.367	20.169
Valor adicionado total das operações continuadas a distribuir	112.836	(49.794)	131.298	61.720
Valor adicionado total a distribuir	112.836	(49.794)	131.298	61.720
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	(1.758)	(6.243)	(2.475)	(32.959)
Salários e encargos	(756)	(4.593)	(1.542)	(25.173)
Honorários da diretoria	(298)	(459)	(298)	(789)
FGTS	(7)	(166)	9	(1.692)
Benefícios	(697)	(1.025)	(644)	(5.305)
Impostos, taxas e contribuições	(875)	(798)	(1.344)	(23.465)
Federais	(746)	(794)	(851)	(6.396)
Municipais	(81)	(79)	(92)	(14.629)
Outros	(48)	75	(401)	(2.440)
Remuneração de capitais de terceiros	(2.475)	(16.176)	(19.929)	(78.300)
Juros	(1.090)	(16.269)	(15.746)	(60.179)
Aluguéis	309	165	257	(962)
Outras	(1.694)	(72)	(4.440)	(17.159)
Remuneração de capitais próprios	(107.728)	73.011	(107.550)	73.004
Participação dos não-controladores nos lucros retidos			178	(7)
(Lucro) prejuízo do exercício	(107.728)	73.011	(107.728)	73.011
Total	(112.836)	49.794	(131.298)	(61.720)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional

A Nexpe Participações S.A. – em Recuperação Judicial (“Nexpe” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão. A Companhia passou por um profundo processo de reestruturação nos últimos anos, com a adoção de um Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) que previu a alienação de ativos operacionais e a mudança do seu modelo de atuação.

Após conclusão das vendas das quatro Unidades Produtivas Isoladas (“UPIs”), conforme previsto no PRJ, a Companhia passou a operar com uma estrutura administrativa reduzida, com foco na gestão dos contratos de licenciamento de suas marcas e na administração financeira dos recebíveis decorrentes das vendas das UPIs Abyara, MF e Bamberg, bem como na execução dos compromissos estabelecidos no PRJ. Essa nova configuração operacional resultou em reduções significativas de custos fixos e de despesas com infraestrutura e pessoal. Adicionalmente, a Nexpe também passou a dedicar esforços à avaliação de oportunidades estratégicas, incluindo possíveis operações societárias.

As principais transformações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 incluem:

- Conclusão da cessão de ativos e carteiras operacionais, consolidando a saída da Companhia do setor de intermediação e administração de imóveis;
- Redução definitiva da estrutura operacional anterior, com a transformação das subsidiárias entidades não operacionais ou a sua alienação no contexto da recuperação judicial.
- Encerramento das operações imobiliárias deficitárias, conforme diretrizes do PRJ.

A Administração da Companhia permanece comprometida com a condução responsável do processo de recuperação judicial, com foco na reestruturação dos passivos, na busca de oportunidades para possíveis operações societárias que preservem valor para seus stakeholders e maximizem o valor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1 Processo de Recuperação Judicial

Não obstante os esforços assumidos pela Administração da Companhia nos últimos anos, em conjunto com assessores financeiros e legais, a fim de diminuir os impactos negativos causados pelas contingências trabalhistas do Grupo Nexpe e pela queda de faturamento que o mercado imobiliário sofreu durante os anos da pandemia da COVID-19, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, por unanimidade, a apresentação de pedido de recuperação judicial, Ad Referendum da Assembleia Geral de acionistas da Companhia, conforme disposto pela Lei 6.404/1976 ("LSA") e demais disposições legais aplicáveis. A Companhia, em conjunto com seus assessores legais e financeiros envidou e continuará envidando seus melhores esforços para a condução da recuperação judicial a fim de que a transitória crise financeira enfrentada pela Companhia e pelas demais empresas do Grupo Nexpe seja superada o mais rápido possível.

Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia, em conjunto com 7 de suas controladas (Abyara, Basimóvel, Bamberg, Global, MF Consultoria, Tropical e Niterói), nos termos da Lei nº 11.101/05 ("LRF") e da LSA, requereu recuperação judicial, em caráter de urgência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, pelo seu acionista controlador e pelos sócios quotistas das demais empresas do Grupo Nexpe.

O pedido, distribuído sob o nº 1016636-15.2023.8.26.0100, tramita perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP (respectivamente, a "Recuperação Judicial" e o "Juízo da Recuperação Judicial").

Em 15 de fevereiro de 2023, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o processamento da Recuperação Judicial determinando, entre outras providências:

- (i) a nomeação da ACFB – ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, para atuar como administradora judicial na Recuperação Judicial;
- (ii) suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra o Grupo Nexpe, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do artigo 6º da LRF;
- (iii) expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da LRF, com prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da sua publicação, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do processo de Recuperação Judicial; e
- (iv) apresentação do plano de recuperação judicial do Grupo Nexpe no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do artigo 53 da LRF ("Plano de Recuperação Judicial" ou "Plano").

Em 24 de abril de 2023, o Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") foi tempestivamente apresentado. O Plano refletiu as discussões mantidas até aquele momento, entre o Grupo Nexpe, sua assessoria financeira e jurídica, seu acionista controlador e seus principais credores, estabelecendo os termos e condições propostos para as principais medidas a serem adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira do Grupo Nexpe e à manutenção das suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2 de outubro de 2023, foi publicado o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores (“Assembleia”), para realização presencial em primeira convocação, no dia 26 de outubro de 2023, ocasião em que a Assembleia seria instalada com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor. Entretanto, não houve quórum nessa data para a instalação, portanto, a Assembleia foi instalada, em sua segunda convocação, no dia 13 de novembro de 2023. Após sua instalação, os credores deliberaram por unanimidade a sua suspensão com retomada no dia 7 de dezembro de 2023.

Previamente à retomada da assembleia, em 6 de dezembro de 2023, o Grupo Nexpe apresentou nova versão de seu PRJ, refletindo as negociações mantidas junto aos seus principais credores até aquele momento.

Essa versão do PRJ foi devidamente aprovada por ampla maioria dos credores na Assembleia Geral de Credores (“AGC”) realizada no dia 7 de dezembro de 2023, na qual os votos foram computados em dois cenários, sendo que em ambos houve maciça aprovação dos credores.

A Administradora Judicial, empresa que conduziu a AGC, supervisiona a recuperação judicial e auxilia o Juízo, reconheceu que o Plano foi devidamente aprovado. Também o Juízo da Recuperação Judicial reconheceu que o Plano foi aprovado de acordo com o quórum legal (decisão proferida em 15/01/2024 e constante às fls. 7445/7447 dos autos do processo).

Em virtude da aprovação do PRJ pelos credores, a Companhia, consubstanciada pelos seus assessores jurídicos externos procedeu com o registro dos deságios previstos em cada Classe correspondente (Fornecedores, Salários, provisões e contribuições sociais e Provisão para riscos processuais). Adicionalmente, a partir da aprovação do PRJ em 7 de dezembro de 2023, os deságios estipulados no PRJ foram aplicados aos valores das contingências provisionadas, vide Nota Explicativa nº 21. Isso se deu considerando que todas as contingências discutidas em processos em andamento, com a probabilidade de perda considerada como provável, consubstanciada pelos assessores jurídicos externos da Companhia, cuja origem remonta a antes do requerimento de Recuperação Judicial em 13 de fevereiro de 2023, caso se concretizem, devem ser incluídas no processo de Recuperação Judicial e, portanto, estarão sujeitas às condições aprovadas no PRJ.

1.2 Concessão da Recuperação Judicial

Após a aprovação do PRJ pela assembleia geral de credores, a Nexpe e suas subsidiárias em recuperação apresentaram suas respectivas certidões negativas de débitos tributários – requisito necessário para a concessão da recuperação judicial, nos termos do artigo 57 da Lei 11.101/05 – com exceção da Global Consultoria Imobiliária Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Global Consultoria”), que em razão da existência de obrigações fiscais acessórias, teve dificuldades de emitir sua CND junto à receita federal.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amparado pelos pareceres favoráveis do Ministério Público e do Administrador Judicial, em 23 de abril de 2024 o Juízo competente pela recuperação judicial da Nexpe e suas subsidiárias proferiu decisão confirmando os termos do PRJ (com ressalvas quanto à previsão no plano de extinção de protestos e de extensão dos efeitos da recuperação judicial a coobrigados das recuperandas) e concedendo a recuperação judicial, outorgando prazo de um ano para que seja apresentada a CND da Global Consultoria. Em 25 de abril de 2024, a Companhia obteve a CND da Global, a qual foi apresentada ao Juízo competente de forma cumprir a ressalva indicada no processo.

A decisão de concessão da recuperação judicial foi publicada em 26 de abril de 2024, de certo que todos os prazos previstos no plano passaram a ser contados a partir de 29 de abril de 2024, primeiro dia útil após a publicação.

Em 24 de maio de 2024 o Grupo Nexpe deu início ao cumprimento do seu PRJ por meio do pagamento das seguintes classes e subclasses de credores, conforme definido: (i) credores classe I de natureza estritamente salarial, nos termos da cláusula 8.3.1 do plano; (ii) credores quirografários e ME/EPP opção A, nos termos da cláusula 8.5.3 do plano; (iii) credores quirografários e ME/EPP colaboradores, nos termos da cláusula 8.7.3 do plano; e (iv) credores ME/EPP opção A, nos termos da cláusula 8.6.3 do plano.

Até 31 de dezembro de 2025 foram realizados os seguintes pagamentos, segregados por classe:

Descrição	Consolidado	
	Dez/25	Dez/24
Classe I	1.674	480
Classe III	376	265
Classe IV	359	276
Total	2.409	1.021

1.3 Continuidade das operações

O direcionamento estratégico foi implantado tendo como driver a rentabilidade dos negócios. Além disso, de forma melhorar a rentabilidade das unidades de negócios, ao longo dos últimos anos se fizeram necessários ajustes na estrutura operacional, que trouxeram consigo a percepção da criticidade da sobrevivência para que fosse possível o êxito e equilíbrio financeiro.

Através desse direcionamento, foram tomadas as decisões de descontinuar a Basimóvel em dezembro de 2022, em fevereiro de 2023 a Abyara foi licenciada deixando de ser operacional e em julho de 2023, a carteira de locação e loteamento da Tropical foi cedida, passando a ser uma controlada não operacional. Adicionalmente, em março de 2024, de forma semelhante, a carteira de locação da subsidiária Niterói foi cedida, também passando a ser uma unidade não operacional.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como estabelecido no PRJ aprovado pelos credores, as proposições estabelecidas como solução mais eficiente para a equalização e liquidação de parte substancial do passivo das Recuperandas, são: (a) a reestruturação do passivo das Recuperandas, mediante a aplicação de descontos, novos prazos para pagamento e novos índices de correção monetária; (b) a alienação de bens, organizados ou não em unidades produtivas isoladas; (c) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos pelas Recuperandas ao longo do exercício de suas atividades; (d) possibilidade de captação de novos recursos pelas Recuperandas para a implementação da retomada operacional; (e) preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das Recuperandas; e (f) cessão onerosa de parte da carteira de clientes.

O PRJ previu a alienação de bens do Grupo Nexpe como um dos meios de recuperação, na forma de unidades produtivas isoladas ("UPI's"). Essa modalidade está dividida em 2 capítulos dentro do PRJ, sendo:

- 1) Credimorar: As Recuperandas constituíram a *NewCo* composta por: (i) 100% (cem por cento) das quotas de titularidade da Nexpe na Credimorar; e (ii) dívida da Nexpe com o credor financeiro, no montante de aproximadamente R\$ 69,2 milhões na data-base Outubro de 2024. Além disso, foi prevista a possibilidade de utilização de créditos detidos por credores (*credit bid*) na composição das propostas fechadas, inclusive mediante o consentimento de transferência das respectivas obrigações pela Nexpe à *NewCo* para subsequente capitalização de créditos pelos credores na *NewCo*.
- 2) Outras UPI's: as Recuperandas adicionalmente constituíram as UPIs Marcas para transferência dos ativos e passivos operacionais de suas respectivas titularidades e posterior alienação, sendo os mesmos: BMBRG (UPI Bamberg) e MFCI Consultoria (UPI MF) e ABBR (UPI Abyara).

Como resultado do processo competitivo para alienação das UPIs, em 19 de fevereiro de 2025 foi proferida decisão homologando as quatro propostas apresentadas, conforme abaixo descritas:

- 1) UPI *NewCo* Credimorar: Proposta apresentada por Promontoria 276 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, no valor de R\$ 72.551.656,29, composta por:(a) *Credit Bid* no valor de R\$64.551.656,29 (mediante transferência das respectivas obrigações pela Nexpe à *NewCo* para subsequente capitalização dos créditos pelo proponente na *NewCo*);e (b) pagamento em moeda corrente nacional de R\$ 8.000.000,00;
- 2) UPI MF: Proposta de The Best Consultoria Imobiliária Ltda. no valor de R\$ 5.730.000,00, mediante pagamento em 120 parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 9.550,00; ; e o saldo restante será pago através de Contrato de Licenciamento de Marca celebrado entre as partes pelo prazo de 120 meses, com valor de cada parcela sendo o equivalente a 3% sobre o valor da receita bruta mensal aferida pela UPI MF, observado o valor mínimo de R\$ 26.000,00 e máximo de R\$ 52.000,00, ambos valores atualizados anualmente pela variação do IPCA.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 3) UPI Bamberg: Proposta de Ana Flávia Eichenberger Guimarães no valor de R\$ 5.447.000,00, mediante pagamento em 120 parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 9.078,34, para fins de preço de aquisição; e o saldo restante será pago através de Contrato de Licenciamento de Marca celebrado entre as partes pelo prazo de 120 meses, com valor de cada parcela sendo o equivalente a 3% sobre o valor da receita bruta mensal aferida pela UPI Bamberg, observado o valor mínimo de R\$ 26.000,00 e máximo de R\$ 52.000,00, ambos valores atualizados anualmente pela variação do IPCA;
- 4) UPI Abyara: Proposta de Quantum Partners Intermediação Imobiliária Ltda. no valor de R\$ 970.000,00, mediante pagamento em 110 parcelas mensais, iguais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do IPCA.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e principais políticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como consolidado.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas e apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e deliberações e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards (IASB).

Nas demonstrações contábeis da Nexpe e de suas controladas foram consideradas determinadas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Diretoria para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos processuais, conforme descrito na nota explicativas nº 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de perda esperada. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, então sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2026.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e dos valores justos alocados nas combinações de negócios, conforme aplicável e descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é determinado nessa base.

A Companhia e suas controladas prepararam essas demonstrações contábeis com base no pressuposto de continuidade operacional.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.3. Moedas funcionais e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia e suas investidas determinam suas próprias moedas funcionais, sendo que para os períodos apresentados, a Companhia e suas investidas possuem a moeda funcional Real.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Bases de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida.
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle elencados acima.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. Eventual alteração na participação societária da controlada, que não resulte em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas;
- 2) Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- 4) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas;
- 5) As políticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistem com aquelas utilizadas no período comparativo;
- 6) A Companhia consolida suas demonstrações contábeis com as de suas controladas, considerando o mesmo período de divulgação;
- 7) Para fins de consolidação, a Companhia utilizou como critério o IFRS 10/CPC 36 (R2) que introduz um modelo de controle único para determinar quando um investimento deve ser consolidado.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, os investimentos e os resultados das suas investidas são tratados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção das participações detidas nas referidas entidades investidas.

Quando a Companhia exerce controle conjunto de uma investida ou possui influência significativa em uma coligada, os investimentos e os resultados dessas investidas são tratados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, na proporção das participações detidas nas referidas entidades controladas em conjunto e coligadas. Para os exercícios reportados nestas demonstrações contábeis, a Companhia não possuía investimentos em coligadas e controladas em conjunto.

Segue abaixo quadro demonstrando as controladas da Companhia, e a participação detida pela Companhia nessas investidas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Razão Social	Denominação	Participação (%)		Informações adicionais
		Dez/25	Dez/24	
NAB Administradora Ltda.	NAB	100	100	Licenciada
NBG Administração Ltda.	NBG Imóveis	100	100	Operacional
Basimóvel Administradora Ltda.	Basimóvel	100	100	Não Operacional
NXP Intermediação e Licenciamento Ltda.	NXP	100	100	Operacional
Credimorar Serviços Financeiros Ltda.(***)	Credimorar	-	-	Operacional
Global Consultoria Imobiliária Ltda.	Global	100	100	Não Operacional
LBR Brokers Negócios Imobiliários Ltda.	Liborio	78	78	Licenciada
Marcos Koenigkan Consultoria Imobiliária S.A.	Marcos Koenigkan	100	100	Não Operacional
MF Administradora Ltda.	Ética	100	100	Operacional
Niterói Administradora de Imóveis Ltda. (*)	Niterói	100	100	Não Operacional
Pointer Consultoria Imobiliária S.A.	Pointer	100	100	Não Operacional
Rede Morar Ltda.	Rede Morar	100	100	Não Operacional
Tropical Corretora e Consultoria Imobiliária Ltda.	Tropical	100	100	Não Operacional
ABBR Administradora Ltda. (**)	UPI Abyara	93	93	Não Operacional
BMBRG Administradora de Imóveis Ltda. (**)	UPI Bamberg	-	-	Não Operacional
CDMR Participações Ltda (***)	CDMR	-	-	Não operacional
MFCI Consultoria Imobiliária Ltda (**)	UPI MF	-	-	Não operacional

(*) Em 8 de fevereiro de 2024 a administração decidiu descontinuar as operações da subsidiária Niterói, adicionalmente em 11 de março de 2024 foi assinada a cessão de direitos sobre a carteira de locação administrada pela subsidiária Niterói. Com isso, a empresa se tornou não operacional.

(**) UPIs constituídas no segundo trimestre de 2024. Na mesma época as UPIS foram classificadas como ativo mantido para venda. Em fevereiro e março de 2025 as UPIS (ABBR Administradora Ltda, BMBRG Administradora Ltda e MFCI Consultoria Imobiliária Ltda foram vendidas.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(***) Em outubro de 2024 a empresa Credimorar Serviços Financeiros Ltda foi cedida parcialmente para a empresa CDMR Participações Ltda de acordo com o processo de recuperação judicial. Na mesma época a empresa CDMR Participações Ltda foi classificada como ativo mantido para venda. Em março de 2025 a Credimorar Serviços Financeiros Ltda foi vendida.

Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, estão apresentadas a seguir.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou demais fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa: (i) dinheiro em caixa; (ii) depósitos bancários; e (iii) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da sua contratação.

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários da Companhia e suas controladas geralmente são mantidas para utilização em um prazo mais longo que os saldos mantidos como caixa e equivalentes de caixa ou não possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sem risco de perda de valor. Os títulos e valores mobiliários são acrescidos por juros e atualização monetária, e deduzidos de perdas ao valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

c) Contas a receber de clientes

São apresentadas pelo valor nominal dos títulos, os quais estão sujeitos ao ajuste a valor presente (AVP). São constituídas perdas esperadas para créditos com liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativas suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

As contas a receber são registradas pelo valor presente dos serviços prestados, incluindo os respectivos tributos diretos de responsabilidade da Companhia e suas controladas, menos os tributos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários (quando aplicável).

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base no CPC 48 – Instrumentos financeiros, equivalente ao IFRS 9, ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros, com base em estimativas de perdas esperadas para os próximos 12 meses. A perda de crédito esperada se baseia na diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia e suas controladas, de acordo com o contrato, quando aplicável, e todos os fluxos de caixa que Companhia e suas controladas esperam receber, descontados com base na taxa de juros efetiva original.

d) Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito no item “Combinação de negócios”.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no período subsequente.

Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

f) Participações de não controladores

Em uma combinação de negócios sem aquisição de participação integral na controlada, a adquirente pode mensurar a participação de não-controladores na adquirida utilizando um dos seguintes critérios: pelo valor justo ou pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Mudanças posteriores à combinação de negócios na participação detida em uma subsidiária, que não resultem em perda de controle, são contabilizadas como transações com não-controladores em sua capacidade de acionistas. Ajustes à participação de não-controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste é feito no ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício.

e) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São calculados com base nas alíquotas vigentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A controladora adota o regime de lucro real que considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade.

No que tange às controladas, a Companhia avalia anualmente as projeções futuras, com o intuito de enquadrar cada uma de suas controladas no regime tributário com mais eficiência, podendo variar entre o lucro real ou presumido, conforme facultado pela legislação tributária. No regime de lucro presumido, a provisão para o imposto de renda é constituída trimestralmente, à alíquota de 15%, acrescido o adicional de 10% (sobre a parcela que exceder R\$ 60 do lucro por trimestre), aplicada sobre a base de 32% das receitas de prestação de serviços, e a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre a base de 32% das receitas de prestação de serviços, sendo as receitas financeiras e demais receitas, tributadas integralmente de acordo com as alíquotas vigentes de IRPJ e CSLL.

Impostos correntes

O imposto corrente no regime do lucro real exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia e suas controladas, suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo.

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo.

Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear de acordo com a respectiva vida útil econômica.

Os ativos imobilizados da Companhia e suas controladas estão demonstrados ao custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos imobilizados e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

As vidas úteis estimadas dos itens do imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia e suas controladas esperam exercer uma opção de compra deste ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil ativo.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

h) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (vide item "o" desta nota explicativa).

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos, separadamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Os ativos intangíveis da Companhia e suas controladas estão representados substancialmente por: softwares, licenças de uso e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas.

j) Arrendamentos

Com base no que dispõe o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, adotado pela Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2019 na data de início do contrato de arrendamento é reconhecido o direito de uso e o passivo de arrendamento. A Companhia mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento, onde é utilizada a taxa incremental, já que não possui taxa de juros implícita em seus contratos.

A taxa incremental estimada é em função das taxas de captação de financiamentos de longo prazo, ajustada para refletir as características do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, moeda, prazo e a data de início do contrato.

Se ocorrer alguma alteração do fluxo de caixa esperado no contrato, o passivo é prontamente remensurado.

A Companhia e suas controladas amortizam o ativo de direito de uso pelo método linear, pelo prazo remanescente do arrendamento.

A Companhia e suas controladas usaram determinadas isenções permitidas pela norma e, portanto, não aplicaram os requerimentos no CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo para estes casos uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06(R2), equivalente ao IFRS 16.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Nexpe possui contratos de arrendamentos operacionais nos quais atua como arrendatária referentes à imóveis. A mensuração desses arrendamentos inclui: i. uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da arrendatária e esse exercício é razoavelmente certo; ii. revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes às suas operações; iii. utilização de determinadas premissas para calcular a taxa incremental adequada aos contratos; dentre outras.

k) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou presumida) em consequência de um evento passado, seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

A provisão pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias ou quando a obrigação for liquidada.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

A Companhia detém natureza de sociedade patrimonial (*holding*), cujas sociedades controladas desenvolvem atividades (i) de intermediação imobiliária mediante atuação física e digital e (ii) intermediação de concessão de créditos imobiliários mediante parceria com algumas instituições financeiras. Como consequência, a Companhia está sujeita tanto a fenômenos extrínsecos (aspectos mercadológicos, macro e microeconômicos e de políticas públicas), como intrínsecos (próprios da sua estrutura e da operação de suas controladas), o que envolve riscos próprios de natureza administrativa, tributária, trabalhista, cível, criminal e ambiental, riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, além de riscos decorrentes de incidentes de segurança cibernética que podem resultar em acesso indevido a informações confidenciais ou sensíveis, em todos os casos, com potencial de gerar danos financeiros e reputacionais à Companhia. Com destaque ao aspecto trabalhista diante das discussões sobre a existência ou não de vínculo empregatício entre corretores autônomos e imobiliárias.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos que tem como objetivo estabelecer as principais diretrizes e responsabilidades relacionadas à identificação, à análise e ao gerenciamento dos riscos a ela aplicáveis, em atendimento às leis, regulamentos e às boas práticas de mercado e de governança corporativa. Em complemento, a Companhia conta com assessores externos, independentes, que contribuem com o monitoramento, mensuração e adoção de providências voltadas ao afastamento, mitigação ou condução dos fatores e correlatos impactos. As estimativas consideram as boas práticas contábeis e as respectivas normas aplicáveis.

De forma semestral, em junho e dezembro de cada exercício, a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas reconhecem, ainda, provisões referentes a férias, 13º salário e encargos sociais incidentes sobre essas remunerações, de acordo com a quantidade de períodos trabalhados pelos funcionários, ou seja, de acordo com as obrigações devidas, mas não efetivadas, em cada exercício.

l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, os saldos de ativos e passivos são demonstrados como não circulantes.

m) Reconhecimento de receita

Com a adoção do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 15, aplicável para exercícios encerrados em ou após 1º de janeiro de 2018, a receita de serviços passou a ser mensurada com base no valor justo da contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos incidentes, sendo registrada quando transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente.

Serviços de Intermediação Imobiliária:

As entidades do Grupo formalizam contratos com os clientes e reconhecem a receita de prestação de serviços mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Neste critério o reconhecimento da receita é realizado após o aceite do proprietário ou incorporador nos contratos de compra, venda ou locação do imóvel. As receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíam para a Companhia e os seus valores puderem ser confiavelmente mensurados.

Royalties:

Dentre os segmentos de atuação (vide nota explicativa nº 30) a Companhia possui contratos de franquias com franqueados, cuja receita é composta por uma taxa variável. O valor da taxa periódica é definido por um percentual contratual, considerando transações imobiliárias da franqueada em um determinado período. O reconhecimento desta receita ocorre quando o contrato de intermediação imobiliária ou intermediação de locação é assinado entre as partes.

Serviços Financeiros:

Refere-se a receita de promoção e oferta de produtos e serviços financeiros no mercado imobiliário, com reconhecimento da receita após a celebração do contrato referente a aquisição dos produtos e serviços financeiros imobiliários entre as partes.

n) Reconhecimento de despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são ativadas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

o) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que: i. representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ii. é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou iii. é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Com base no CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, equivalente ao IFRS 5, quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

q) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação, equivalente ao IAS 33.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto. A Companhia e suas controladas apresentam os dividendos recebidos como atividade de investimento e os dividendos pagos como atividade operacional, conforme permitido pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, equivalente ao IAS 7.

s) Demonstrações dos valores adicionados

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

t) Informações por Segmento

A Companhia possui três segmentos operacionais (vide nota explicativa nº 30). Os resultados alocados por estes segmentos são reportados ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia e suas controladas, e incluem apenas aqueles itens considerados como diretamente atribuíveis aos segmentos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requerem que a Diretoria faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

3.2. Estimativas e premissas

a) Vidas úteis dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas revisam as vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício. Existem incertezas que são inerentes às estimativas realizadas pela Companhia na determinação das vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado. A vida útil do ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Companhia, sendo tal estimativa uma questão de julgamento baseado na experiência da Diretoria da Companhia com ativos semelhantes. Durante o exercício corrente, como resultado desta avaliação, a Diretoria estabeleceu que as vidas úteis dos seus bens imobilizados se mantiveram inalteradas quando comparadas com aquelas adotadas no exercício comparativo.

b) Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis e, quando aplicável, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, impostos a recuperar são reconhecidos à medida que a Companhia e suas controladas possuem expectativa de realização de tais saldos, seja por compensação com outros tributos, seja por pedido de restituição.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Avaliação do modelo de negócios

A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste de “apenas pagamentos de principal e juros” e do teste do modelo de negócios. A Companhia e suas controladas determinam o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo de negócios específico. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes incluindo a forma como o desempenho dos ativos é avaliado e como seu desempenho é mensurado, os riscos que afetam o desempenho dos ativos e como esses ativos são geridos e como os gestores dos ativos são remunerados.

A Companhia e suas controladas monitoram os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes baixados antes do seu vencimento para entender o motivo para a sua alienação e se os motivos estão de acordo com o objetivo do negócio para o qual o ativo foi mantido. O monitoramento faz parte da avaliação contínua sobre se o modelo de negócios para o qual os ativos financeiros remanescentes são mantidos continua adequado e, se não for adequado, se houve alguma mudança no modelo de negócios e alguma alteração prospectiva na classificação desses ativos.

e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

f) Cálculo da provisão para perdas

Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante de inadimplência. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da perda de crédito esperada. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

Aumento significativo no risco de crédito impacta a perda de crédito esperada. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, a Companhia e suas controladas levam em consideração informações acerca do futuro qualitativas e quantitativas razoáveis e comprováveis.

g) Mensurações das taxas de desconto de arrendamentos

As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos direitos de uso e passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia e suas controladas considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem a informação da taxa implícita. Para determinação das taxas incrementais, utilizadas como taxas de desconto, a Companhia e suas controladas utilizaram informações dos contratos de arrendamento, e adotaram premissas, tais como a estrutura de capital do Grupo e o risco do ambiente econômico do país.

4. Novas normas e interpretações

4.1. Principais pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) **Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissão (*allowance*) e Crédito de Descarbonização Aprovada em 2024 pelo CPC, CFC e CVM.**

Esta orientação torna-se obrigatória para exercícios iniciados em ou após 01/01/2025. Ela estabelece requisitos de reconhecimento, mensuração e evidenciação para créditos de descarbonização em todas as fases (originação, negociação, aquisição e uso/aposentadoria), bem como para os passivos associados a obrigações legais ou não formalizadas de descarbonização.

- b) **Alterações ao CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Falta de Intercambiabilidade (*Lack of Exchangeability*).**

Por meio da Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, foram incorporadas alterações que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações exigem divulgações que permitam aos usuários compreenderem como a falta de convertibilidade afeta o desempenho e a posição financeira da Companhia.

- c) **Alterações ao CPC 18 (R3) e ICPC 09 – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto.**

Emitidas

em setembro de 2024, estas alterações visam alinhar as normativas brasileiras aos padrões internacionais, contemplando atualizações na aplicação do método da equivalência patrimonial.

As alterações descritas nos itens “a)” a “c)” acima não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, bem como não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que entraram em vigor pela primeira vez em 2025, que também causassem impactos.

4.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2025:

- a) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48**

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

- b) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48**

Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

c) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis**

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2025, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros).

Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;

A Administração iniciou um plano de transição para a adoção da IFRS 18 / CPC 51, que inclui o mapeamento dos subtotais a serem apresentados na Demonstração do Resultado, a revisão das políticas de agregação e desagregação de informações e a definição das medidas de desempenho utilizadas internamente. Esse trabalho será conduzido ao longo de 2026, de forma a preparar a Companhia para a adoção obrigatória da norma a partir de 2027.

d) **Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública**

Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;

A Administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as Demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros.

4.3. Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar n° 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

5. Reapresentação das cifras de 2024 apresentadas de forma comparativa

Ao longo do exercício de 2025, a Administração da Companhia identificou a necessidade de proceder a determinados ajustes relacionados a fatos geradores vinculados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais impactaram a adequada mensuração de ativos e passivos naquela data-base. Em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as demonstrações contábeis comparativas estão sendo reapresentadas para refletir, de forma retrospectiva, os efeitos desses ajustes.

	31 de dezembro de 2024					
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanco patrimonial						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	296	-	296	6.363	-	6.363
Contas a receber de clientes	81	-	81	994	-	994
Adiantamentos a fornecedores	347	-	347	519	-	519
Impostos a recuperar	913	(871)	42	4.317	(3.983)	334
Dividendos e JCP a receber	1.923	-	1.923	-	-	-
Despesas antecipadas	320	-	320	372	-	372
Outros créditos	581	-	581	4.086	-	4.086
Ativo mantido para venda	896	-	896	6.367	-	6.367
Total do ativo circulante	5.357	(871)	4.486	23.018	(3.983)	19.035

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2024					
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Terrenos e imóveis disponíveis para venda	340	-	340	735	-	735
Empréstimos com Partes Relacionadas	106.673	-	106.673	1.243	-	1.243
Depósitos judiciais	621	-	621	5.358	-	5.358
Outros créditos	61	-	61	266	-	266
	<u>107.695</u>	<u>-</u>	<u>107.695</u>	<u>7.602</u>	<u>-</u>	<u>7.602</u>
Investimentos em controladas	1	-	1	-	-	-
Direito de uso em arrendamentos	250	-	250	252	-	252
Imobilizado	799	-	799	950	-	950
Intangível	-	-	-	-	-	-
Vida útil indefinida	1.052	-	1.052	2.102	-	2.102
Vida útil definida	2.508	-	2.508	2.637	-	2.637
	<u>4.610</u>	<u>-</u>	<u>4.610</u>	<u>5.941</u>	<u>-</u>	<u>5.941</u>
Total do ativo não circulante	<u>112.305</u>	<u>-</u>	<u>112.305</u>	<u>13.543</u>	<u>-</u>	<u>13.543</u>
Total do Ativo	<u>117.662</u>	<u>(871)</u>	<u>116.791</u>	<u>36.561</u>	<u>(3.983)</u>	<u>32.578</u>

	31 de dezembro de 2024					
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo e patrimônio Líquido						
Fornecedores	1.610	-	1.610	1.030	-	1.030
Arrendamento custo amortizado	342	-	342	342	-	342
Salários, provisões e contribuições sociais	882	(537)	345	2.488	(1.280)	1.208
Parcelamentos judiciais	174	-	174	1.531	-	1.531
Impostos e contribuições a recolher	3.519	5.046	8.565	15.148	49.651	64.799
Dividendos a pagar	7	-	7	-	-	-
Provisão para riscos processuais	580	-	580	8.926	-	8.926
Adiantamentos de clientes	123	-	123	250	-	250
Valores a repassar de operação	-	-	-	2	-	2
Passivo associado a ativo mantido para venda	134.891	-	134.891	136.977	-	136.977
Outras contas a pagar	4.612	-	4.612	7.854	1	7.855
Total do passivo circulante	<u>146.740</u>	<u>4.509</u>	<u>151.249</u>	<u>174.548</u>	<u>48.372</u>	<u>222.920</u>
Fornecedores	1.183	-	1.183	1.562	-	1.562
Parcelamentos judiciais	-	-	-	3.487	-	3.487
Salários, provisões e contribuições sociais	88	-	88	451	-	451
Impostos e contribuições a recolher	3.190	(2.930)	260	28.631	(27.847)	784
Arrendamento custo amortizado	416	-	416	416	-	416
Provisão para riscos processuais	870	-	870	13.390	-	13.390
Provisão para perdas em investimentos	149.921	22.077	171.998	-	-	-
Outras contas a pagar	1.490	(1)	1.489	70	-	70
Total do passivo não circulante	<u>157.158</u>	<u>19.146</u>	<u>176.304</u>	<u>48.007</u>	<u>(27.847)</u>	<u>20.160</u>
Capital social	815.460	-	815.460	815.460	-	815.460
Reserva de capital	25.199	-	25.199	25.199	-	25.199
Ações em tesouraria	(3)	-	(3)	(3)	-	(3)
Reserva de opção de compra de ações	-	-	-	-	-	-
Transações com não-controladores	(79.591)	-	(79.591)	(79.591)	-	(79.591)
Prejuízos acumulados	(947.301)	(24.526)	(971.827)	(947.301)	(24.526)	(971.827)
Patrimônio líquido dos controladores	<u>(186.236)</u>	<u>(24.526)</u>	<u>(210.762)</u>	<u>(186.236)</u>	<u>(24.526)</u>	<u>(210.762)</u>
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	242	18	260
Total do patrimônio líquido	<u>(186.236)</u>	<u>(24.526)</u>	<u>(210.762)</u>	<u>(185.994)</u>	<u>(24.508)</u>	<u>(210.502)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>117.662</u>	<u>(871)</u>	<u>116.791</u>	<u>36.561</u>	<u>(3.983)</u>	<u>32.578</u>

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2024					
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstração de resultado						
Receita operacional líquida	316	-	316	114.309	-	114.309
Custos dos serviços prestados	(11)	-	(11)	(62.497)	-	(62.497)
Despesas operacionais	(14.038)	-	(14.038)	(57.092)	-	(57.092)
Honorários de diretoria	(458)	-	(458)	(789)	-	(789)
Depreciações e amortizações	(5.125)	-	(5.125)	(8.734)	-	(8.734)
Outras despesas e receitas operacionais (a)	(3.465)	(870)	(4.335)	(12.748)	(3.983)	(16.731)
Equivalência patrimonial (a) e (b)	(33.086)	(22.076)	(55.162)	(191)	-	(191)
Resultados financeiros (b)	7.382	(1.580)	5.802	(20.735)	(20.525)	(41.260)
Provisão IRPJ/CSLL		-	-	(19)	-	(19)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(48.485)	(24.526)	(73.011)	(48.496)	(24.508)	(73.004)

	31 de dezembro de 2024					
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstração do fluxo de caixa método indireto						
Fluxo de caixa operacional	17.099	-	17.099	8.007	-	8.007
Fluxo de caixa de investimentos	(9.312)	-	(9.312)	(16.926)	-	(16.926)
Fluxo de caixa de financiamento	(9.078)	-	(9.078)	7.357	-	7.357
Aumento ou redução de Caixa	(1.291)	-	(1.291)	(1.562)	-	(1.562)

- (a) Durante o processo de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, foi solicitada pela auditoria independente a composição detalhada dos créditos tributários, especialmente os de natureza previdenciária, em razão de sua relevância quantitativa.

Naquela ocasião, a Companhia não conseguiu reunir, dentro do prazo de fechamento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, documentação histórico-detalhada suficientemente robusta que permitisse comprovar integralmente a existência e a realização desses créditos, circunstância que resultou em ressalva por limitação de escopo no relatório de auditoria referentes as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, datado de 27 de março de 2025.

Ao longo de 2025, a Administração da Companhia promoveu levantamento extensivo desses créditos, consolidando registros internos, obtendo informações junto aos órgãos fazendários e revisando a consistência documental e a expectativa de geração futura de lucros tributáveis compatível com o Plano de Recuperação Judicial.

Essa revisão evidenciou que parcela relevante dos créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2024 não possuía documentação suporte adequada, não apresentava composição histórico-detalhada verificável e/ou não atendia ao critério de probabilidade de realização econômica.

No consolidado, a baixa totalizou R\$ 3.983 mil, com reflexo na rubrica "Outras despesas e receitas operacionais" e no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia concluiu que tais inconsistências já estavam presentes em 31 de dezembro de 2024, caracterizando erro de mensuração naquele exercício.

Após análise técnica fundamentada, a Administração da Companhia concluiu que até 31 de dezembro de 2023 as evidências disponíveis e as premissas adotadas suportavam a manutenção contábil dos créditos tributários, não tendo sido identificados elementos objetivos que indicassem erro anterior ao exercício de 2024.

Dessa forma, a reapresentação limitou-se às cifras comparativas de 31 de dezembro de 2024, não sendo requerida a reapresentação do balanço de abertura de 1º de janeiro de 2024.

- (b) No quarto trimestre de 2024, a administração da Companhia contratou consultoria especializada para assessorá-la na estruturação de proposta de transação individual junto à PGFN, no contexto da Recuperação Judicial.

À época da elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, encontravam-se em curso negociações com expectativa fundamentada de descontos relevantes, bem como incerteza quanto ao montante final dos passivos após eventual homologação.

Ao longo de 2025, após levantamento integral dos débitos tributários, recálculo da atualização pela taxa SELIC e apuração das multas legais até dezembro de 2025, a Administração da Companhia concluiu que parcela relevante dos encargos estava vinculada a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024.

No consolidado, o ajuste total no resultado financeiro referente a 2024 foi de R\$ 20.525 mil, composto por R\$ 16.256 mil de atualização monetária pela taxa SELIC e R\$ 4.269 mil de multas legais.

Em razão das limitações operacionais dos sistemas da Receita Federal do Brasil, especialmente o Portal e-CAC, não é possível a extração de posições históricas retroativas em datas intermediárias. A mensuração retrospectiva em bases trimestrais exigiria a utilização de estimativas baseadas em visão retrospectiva (hindsight), não suportadas por evidências objetivas verificáveis junto aos órgãos fazendários, caracterizando impraticabilidade nos termos do pronunciamento técnico CPC 23.

Os referidos ajustes configuram retificação de erro de período anterior, mas não representam mudança de política contábil nem mudança de estimativa contábil, e nem tampouco produziram efeitos nos fluxos de caixa históricos e decorrem da adequada aplicação do regime de competência e da mensuração de obrigações já existentes em 31 de dezembro de 2024.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam entre um dia e três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia e suas controladas.

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos seguintes elementos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Recursos em Caixa	-	6	-	31
Recursos em Conta Corrente	-	1	2	49
Recursos em Aplicações Financeiras	-	289	563	6.283
Total	-	296	565	6.363

A taxa média de remuneração total da carteira em 31 de dezembro de 2025 foi de 99,68% do CDI e em 31 de dezembro de 2024 foi de 105,77% do CDI.

7. Contas a receber de clientes e valores a repassar de operações

7.2. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o saldo de contas a receber em aberto é composto conforme apresentado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Contas a receber de clientes	1.270	1.214	6.727	6.950
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(1.006)	(1.133)	(5.722)	(5.794)
Ajuste a valor presente	-	-	(10)	(162)
Total	264	81	995	994

A parcela do saldo de contas a receber de clientes, classificada no ativo não circulante, está sendo apresentada pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente (AVP) foi calculado utilizando uma taxa de desconto média de 14,90% a.a. em 31 de dezembro de 2025.

Os saldos de contas a receber de clientes têm os prazos de vencimento conforme apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Vincendos acima de 01 a 60 dias	108	34	114	430
Vincendos acima de 61 a 90 dias	26	-	29	8
Vincendos acima de 91 a 180 dias	52	-	61	17
Vincendos acima de 181 a 360 dias	-	-	30	33
Vincendos acima de 360 dias	-	-	514	580
Total de vincendos	186	34	748	1.068
Vencidos de 01 a 60 dias	18	-	24	8
Vencidos de 61 a 90 dias	44	-	46	7
Vencidos de 91 a 180 dias	39	46	48	56
Vencidos de 181 a 360 dias	-	62	50	126
Vencidos acima de 360 dias	983	1.072	5.811	5.685
Total de vencidos	1.084	1.180	5.979	5.882
Total	1.270	1.214	6.727	6.950

Abaixo demonstramos a movimentação da conta de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD):

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação PECLD	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Descrição				
Saldo inicial	(1.133)	(1.006)	(5.794)	(5.974)
PECLD resultado	-	(127)	-	(477)
Baixas	-	-	(12)	657
Reversão	127	-	84	-
Saldo final	(1.006)	(1.133)	(5.722)	(5.794)

A Companhia e suas controladas possuem procedimentos para acompanhamento e análise de seus recebíveis, cujas perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa são baseadas em estimativas consideradas suficientes, no julgamento da Diretoria, para cobrir possíveis perdas na realização do contas a receber. Títulos em aberto com atraso superior da 10 dias são encaminhados para a área de cobrança, que efetua contatos com os devedores para renegociação de prazos e valores.

8. Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
IRRF a recuperar	-	41	39	139
ISS a recuperar	-	-	1	36
PIS e COFINS antecipado	-	-	44	91
IRPJ e CSSL antecipado	-	-	70	66
INSS a recuperar	-	-	12	0
Outros impostos a recuperar	-	1	3	2
Total	-	42	169	334

Os saldos de impostos e contribuições a recuperar se referem substancialmente a saldos credores de impostos antecipados ou retidos que serão compensados nos próximos 12 meses.

Vide nota explicativa 5 e 18.

9. Imóveis e terrenos disponíveis para venda

A Companhia recebeu imóveis e terrenos como parte de pagamento das comissões de intermediação imobiliária, totalizando o valor de R\$ 340 na controladora e R\$ 735 no consolidado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Esses imóveis e terrenos foram registrados ao valor justo na data da transação, que é equivalente ao valor do serviço prestado. As controladas da Companhia não têm a intenção da manutenção desses ativos, estando, portanto, classificados como disponíveis para venda.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Venda de ativos conforme plano de recuperação judicial

No terceiro trimestre de 2024, a Companhia, implementou ações relevantes dentro do seu Plano de Recuperação Judicial, incluindo a condução de processos competitivos para alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), compreendendo a ABBR Administradora Ltda (UPI Abyara), BMBRG Administradora de Imóveis Ltda (UPI Bamberg) e MFCI Consultoria Imobiliária Ltda (UPI MF).

Com resultado desses processos, foram aprovadas propostas vencedoras para alienação das referidas UPIs, totalizando 12,1 milhões, conforme previstos nos respectivos editais.

As alienações das UPIs foram concluídas ao longo do exercício de 2025, com a devida homologação judicial e formalização dos contratos, não remanescendo ativos classificados como mantidos para venda relacionados a essas operações na data-base de 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, conforme previsto nos editais, parte das transações contempla o licenciamento de marcas pelo prazo de 10 anos, notadamente as marcas “Bamberg”, “Brasil Brokers” e “Unique”, cujos efeitos econômicos estão refletidos nas condições comerciais pactuadas nas alienações. Tais contratos de licenciamento não representam ativos mantidos para venda, mas sim obrigações e direitos contratuais decorrentes das operações já concluídas.

Ativo mantido para venda <i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>Dez/25</i>	<i>Dez/24</i>	<i>Dez/25</i>	<i>Dez/24</i>
ABBR Administradora Ltda *	-	896	-	968
BMBRG Administradora de Imóveis Ltda **	-	-	-	1.419
MFCI Consultoria Imobiliária Ltda ***	-	-	-	1.894
CDMR Participações Ltda ****	-	-	-	2.086
<i>Total</i>	-	896	-	6.367

Passivo associado a ativo mantido para venda	<i>Consolidado</i>	
	<i>Dez/25</i>	<i>Dez/24</i>
CDMR Participações Ltda	-	(136.977)
<i>Total</i>	-	(136.977)

Em outubro de 2024 a empresa Credimorar Serviços Financeiros Ltda foi cedida parcialmente para a empresa CDMR Participações Ltda de acordo com o processo de recuperação judicial. Na mesma época a empresa CDMR Participações Ltda foi classificada como ativo mantido para venda.

* Em 28 de fevereiro de 2025, foi celebrado o contrato de compra e venda da empresa ABBR Administradora Ltda., pelo valor total de R\$ 970.000,00 (novecentos e setenta mil reais). O preço de aquisição será pago à vendedora em 110 parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 8.818,18 (oito mil oitocentos e dezoito reais e dezoito centavos) cada. As parcelas serão atualizadas anualmente pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), com vencimento no dia 07 de cada mês, e o pagamento será efetuado por meio de depósito bancário.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

** Em 26 de fevereiro de 2025, foi celebrado o contrato de compra e venda da empresa BMBRG (UPI Bamberg), pelo valor total de R\$ 1.089.400,00 (um milhão e oitenta e nove mil e quatrocentos reais). O preço de aquisição será pago à vendedora em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 9.078,33 (nove mil setenta e oito reais e trinta e três centavos) cada. As parcelas serão atualizadas anualmente pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), com vencimento no dia 10 de cada mês, e o pagamento será efetuado por meio de depósito bancário.

*** Em 22 de março de 2025, foi celebrado o contrato de compra e venda da empresa MFCI Consultoria Imobiliária Ltda., pelo valor total de R\$ 1.146.000,00 (um milhão, cento e quarenta e seis mil reais). O preço de aquisição será pago à vendedora em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 9.550,00 (nove mil quinhentos e cinquenta reais) cada. As parcelas serão atualizadas anualmente pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), com vencimento no dia 22 de cada mês, e o pagamento será efetuado por meio de depósito bancário.

**** Em 25 de março de 2025, foi assinado o contrato de venda da empresa CDMR Participações Ltda, pelo valor de R\$ 8.004.565,17 (oito milhões, quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco dezessete centavos), recebido à vista por meio de depósito bancário.

Em novembro de 2024 a entidade decidiu alienar a controlada CDMR Participações Ltda (ativos e passivos associados). A alienação para ser classificada como passivo associado a ativo mantido para venda está conforme abaixo:

	CDMR em Nov/24
Caixa e equivalentes de caixa	700
Investimento em controladas	1.386
Empréstimos e financiamentos	(136.271)
Outros passivos	(701)
Partes relacionadas	(5)
<i>Valor contábil líquido</i>	<i>(134.891)</i>

Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo de R\$ 700 mil refere-se a disponibilidades imediatas, incluindo saldos em conta corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Investimento em Controladas: O montante de R\$ 1.386 mil corresponde à participação da Companhia Credimorar, sendo mensurado com base no método de equivalência patrimonial.

Empréstimos e Financiamentos: O saldo de R\$ (136.271) mil refere-se a obrigações financeiras da Companhia junto a instituição bancárias Bradesco, incluindo operações de crédito com garantia fiduciária definidos no plano de recuperação judicial.

Outros Passivos: O montante de R\$ (701) mil inclui obrigações diversas da Companhia, como fornecedores, tributos a recolher e outras contas a pagar.

Partes Relacionadas: O saldo de R\$ (5) mil refere-se a obrigações com a partes relacionadas, incluindo empréstimos intercompany e outras transações realizadas com empresas do grupo econômico.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Depósitos judiciais

Referem-se aos depósitos recursais de ações trabalhistas, cíveis e tributárias, reconhecidas pelos seus valores atualizados, conforme demonstrado no quadro abaixo consolidado:

Dez/25	Depósitos Judiciais			
	Ações Trabalhistas	Ações Cíveis	Ações Tributárias	Total
Nexpe *	108	776	-	884
(Provisão)	(108)	(776)	-	(884)
Total Controladora	-	-	-	-
NAB (antiga Abyara)	427	563	79	1.069
Basimóvel	355	96	-	451
NBG (antiga Bamberg)	259	214	11	484
Global	967	212	-	1.179
Liborio	78	25	-	103
Ética	394	40	-	434
Niterói	222	3	3	228
Rede Morar	74	8	-	82
Tropical	112	401	-	513
Outros	58	13	-	71
(Provisão)	(2.946)	(1.575)	(93)	(4.614)
Total Consolidado	-	-	-	-

Dez/24	Depósitos Judiciais			
	Ações Trabalhistas	Ações Cíveis	Ações Tributárias	Total
Nexpe *	119	502	-	621
Total Controladora	119	502	-	621
NAB (antiga Abyara)	427	605	79	1.111
Basimóvel	372	93	-	465
NAB (antiga Bamberg)	259	230	-	489
Global	967	230	-	1.197
Liborio	77	25	-	102
Ética	400	53	-	453
Niterói	222	-	4	226
Rede Morar	74	8	-	82
Tropical	112	437	-	549
Outros	50	13	-	63
Total Consolidado	3.079	2.196	83	5.358

A Administração da Companhia procedeu à avaliação dos saldos registrados no ativo referentes a depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários. No curso dessa avaliação, a Administração da Companhia identificou algumas inconsistências e que até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis, não tinha todos os elementos de suporte suficientes e apropriados tais como extratos bancários oficiais, comprovantes de recolhimento ou confirmações formais emitidas por instituições financeiras ou órgãos judiciais competentes que permitissem confirmar, de forma adequada, a existência, titularidade e mensuração dos referidos depósitos judiciais na data-base de 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando essa limitação de evidência, da representação fidedigna e da confiabilidade da informação contábil, previstos no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual e no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia, em seu melhor julgamento, deliberou pela constituição de provisão integral sobre os valores registrados a título de depósitos judiciais, evitando, assim, uma potencial superavaliação de ativos, até que se faça um levantamento detalhado e consistente para assegurar que o saldo a ser apurado reflita com exatidão a existência dos depósitos judiciais ativos efetuados pela Companhia.

A Administração da Companhia esclarece que essa medida não representa, por si só, o reconhecimento de perda definitiva, podendo o valor provisionado ser revertido total ou parcialmente, na medida em que venham a ser obtidas evidências documentais suficientes que comprovem a existência e a recuperabilidade dos depósitos judiciais, consubstanciada pelos seus assessores jurídicos e instituições financeiras envolvidas, reforçando seu compromisso com a transparência, a qualidade das informações divulgadas ao mercado e a observância contínua das normas contábeis e regulatórias aplicáveis às companhias abertas

12. Investimentos

a) Informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, foram apuradas de acordo com os balanços das respectivas investidas na data-base de 31 de dezembro de 2025.

As controladas da Companhia possuem acordos de acionistas e/ou quotistas. Com relação às deliberações da Diretoria destas controladas, a Companhia tem assento no Conselho de Administração e/ou na Diretoria dessas mesmas, participando ativamente de todas as decisões estratégicas do negócio. As controladas utilizam as mesmas políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, quando aplicável.

A decisão de descontinuidade das operações dessas controladas decorreu de uma análise estratégica da administração, considerando fatores como desempenho financeiro, viabilidade operacional e alinhamento com os objetivos de longo prazo da Companhia. Como resultado, o saldo do ágio correspondente foi integralmente baixado, impactando o resultado do período.

O saldo de investimento é composto como segue:

Descrição	Controladora	
	Dez/25	Dez/24
Investimentos	223	1
Total	223	1

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<i>Investimentos</i>	<i>Controladora</i>	
	<i>Dez/25</i>	<i>Dez/24</i>
<i>Descrição</i>		
Saldos iniciais	1	6.110
Baixas de Investimentos por classificação como ativo mantido para venda	-	(1.009)
Baixa de Investimento por incorporação	-	(9.000)
Dividendos Distribuídos/Provisionados	-	(502)
Resultado de Equivalência Patrimonial operação descontinuada	297	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	4.402
Aumento de capital e AFAV (*)	(75)	-
<i>Saldos finais</i>	<i>223</i>	<i>1</i>

<i>Provisão para perdas em investimentos</i>	<i>Controladora</i>	
	<i>Dez/25</i>	<i>Dez/24</i> (Reapresentado)
<i>Descrição</i>		
Saldos iniciais	(171.998)	(132.784)
Aumento de capital e AFAC (*)	90.396	7.628
Redução (Adição) de Capital	-	(646)
Transferência de controle da Credimorar e empréstimos da Holding (**)	-	148.259
Transferência do investimento da CDMR para venda (***)	-	(134.891)
Resultado de equivalência patrimonial	(30.534)	(59.564)
<i>Saldos finais</i>	<i>(112.136)</i>	<i>(171.998)</i>

(*) 2025 – refere-se aos AFACs nas controladas

(**) Transferência de controle da Credimorar e empréstimos da Holding (*), conforme cisão. (vide nota explicativa nº 10).

(***) Transferência dos investimentos da CDMR para venda conforme plano recuperação judicial. (vide nota explicativa nº 10).

Dez/25								Dez/24		
Investimento	Participação (%)	Patrimônio líquido	Investimento	AFAC	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Acionista não controlado	Resultado de equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Marcos Koenigkan	100	1	1	-	-	-	-	1	1	-
NXP	100	222	222	(324)	296	-	296	-	-	-
Total		223	223	(324)	296	-	296	1	1	-

Dez/25								Dez/24 (Reapresentado)		
Participação (%)	Patrimônio líquido	Provisão para passivo a descoberto	AFAC	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Acionista não controlado	Resultado de equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Provisão para passivo a descoberto	Resultado de equivalência patrimonial	
NAB	100	(16.659)	(16.659)	(2.763)	(2.763)	-	(14.707)	(16.671)	(8.666)	
Basimóvel	100	(5.271)	(5.271)	(2.350)	(2.171)	-	(6.079)	(5.573)	106	
NBG	100	(11.583)	(11.583)	(3.441)	(2.894)	-	(18.689)	(19.623)	(4.449)	
Global	100	(17.744)	(17.744)	(8.221)	(6.954)	-	(68.251)	(71.956)	(10.790)	
Ética	100	(9.254)	(9.254)	(2.250)	(3.277)	-	(9.059)	(9.613)	(851)	
Liborio	78	(1.401)	(985)	-	(785)	(178)	(706)	(480)	28	
Niterói	100	(5.079)	(5.079)	(37)	(1.553)	-	(4.571)	(5.943)	(2.250)	
Pointer	100	(325)	(325)	(80)	19	-	(356)	(356)	(49)	
Rede Morar	100	(25.563)	(25.563)	(32.739)	(3.968)	-	(29.812)	(29.869)	(2.240)	
Tropical	100	(19.896)	(19.896)	(50)	(5.903)	-	(3.703)	(17.759)	(17.121)	
BBRK	100						5.851	5.845	87	
Total		(112.775)	(112.359)	(51.931)	(30.249)	(178)	(30.071)	(150.082)	(171.998)	(46.195)
Total geral		(112.552)	(112.136)	(52.255)	(29.953)	(178)	(29.775)	(150.081)	(171.997)	(46.195)

Além dos saldos apresentados no quadro acima, no exercício de 2024, conforme nota explicativa nº 10, a Administração realizou a reclassificação da empresa CDMR Participações Ltda para Passivo Associado à Ativo Mantida para Venda no mês de novembro de 2024. O resultado da referida empresa, até a data da transação mencionada acima, foi reconhecido como Equivalência Patrimonial no montante de R\$ 8.967

A seguir informações complementares sobre empresas controladas:

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dez/25						
Investimento	Participação (%)	Número de quotas/ações detidas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida
Marcos Koenigkan	100	3.517.479	4	3	1	-
NXP	100	4.175.023	629	407	222	-
Total			633	410	223	-
Dez/25						
Provisão para passivo a descoberto	Participação (%)	Número de quotas/ações detidas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida
NAB	100	14.674.156	1.448	20.870	(19.422)	27
Basimóvel	100	33.275.853	4.083	11.704	(7.621)	33
NBG	100	1.248.673	1.156	16.180	(15.024)	-
Global	100	11.262.417	524	26.489	(25.965)	-
Ética	100	242.242	3.402	14.906	(11.504)	-
Niterói	100	14.985.737	372	5.488	(5.116)	4
Pointer	100	9.933.180	1	405	(404)	-
Rede Morar	100	11.583.317	34	58.335	(58.301)	-
Libório	78	33.360.464	29	1.432	(1.403)	-
Tropical	100	298.891.564	616	20.563	(19.947)	8
Total			12.299	176.783	(164.484)	72

Dez/24						
Investimento	Participação (%)	Número de quotas/ações detidas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida
Marcos Koenigkan	100	3.517.479	4	3	1	-
Credimorar	-	-	-	-	-	-
Total			4	3	1	-
Dez/24						
Provisão para passivo a descoberto	Participação (%)	Número de quotas/ações detidas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida
NAB	100	14.674.156	5.023	19.730	(14.707)	27
Basimóvel	100	33.275.853	4.965	11.044	(6.079)	51
NXP	100	35.329				
NBG	100	1.248.673	3.192	21.881	(18.689)	3.094
Global	100	11.262.417	2.280	70.531	(68.251)	-
Ética	100	242.242	5.742	14.801	(9.059)	4.127
Niterói	100	14.985.737	1.556	6.127	(4.571)	1.099
Pointer	100	9.933.180	39	395	(356)	-
Rede Morar	100	11.583.317	890	30.702	(29.812)	-
Libório	78	33.360.464	184	890	(706)	-
Tropical	100	298.891.564	3.909	7.612	(3.703)	44
BBK	100		6.040	29	6.011	23
Total			33.820	183.742	(149.922)	8.465
Total geral (*)			33.824	183.745	(149.921)	8.465

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Direito de uso em arrendamentos

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamento financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento, pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e valor presente dos pagamentos previstos em contrato.

Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa financeira durante o período de vigência contratual. A Nexpe possui contratos de aluguel de salas comerciais.

A seguir, a movimentação do direito de uso em arrendamentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

<i>Controladora</i>	<i>Direito de uso</i>	<i>Amortização acumulada</i>	<i>Total</i>
Em 31 de dezembro de 2023	2.559	(2.015)	544
Adições	-	(294)	(294)
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	2.559	(2.309)	250
Adições	413	(295)	118
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	2.972	(2.604)	368

<i>Consolidado</i>	<i>Direito de uso</i>	<i>Amortização acumulada</i>	<i>Total</i>
Em 31 de dezembro de 2023	17.595	(13.329)	4.266
Adições	-	(1.157)	(1.157)
Baixas	(6.903)	4.046	(2.857)
Em 31 de dezembro de 2024	10.692	(10.440)	252
Adições	412	(297)	115
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	11.104	(10.737)	367

14. Imobilizado

Abaixo demonstramos a movimentação do imobilizado nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos, móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Total
Custo					
Em 31 de dezembro de 2023	902	554	107	693	2.256
Adições	-	7	-	-	7
Baixas	-	-	-	(455)	(455)
Em 31 de dezembro de 2024	902	561	107	238	1.808
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(68)	(68)
Em 31 de dezembro de 2025	902	561	107	170	1.740
Depreciação					
Em 31 de dezembro de 2023	(275)	(225)	(50)	(341)	(891)
Adições	(196)	(53)	(11)	(96)	(356)
Baixas	12	-	-	226	238
Em 31 de dezembro de 2024	(459)	(278)	(61)	(211)	(1.009)
Adições	(180)	(47)	(12)	(11)	(250)
Baixas	-	-	-	53	53
Em 31 de dezembro de 2025	(639)	(325)	(73)	(169)	(1.206)
Total em 31 de dezembro de 2024	443	283	46	27	799
Total em 31 de dezembro de 2025	263	236	34	1	534
Taxa de depreciação anual (%)	(*)	10	10	20	

(*) Dependendo da duração de contrato.

Consolidado	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos, móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Total
Custo					
Em 31 de dezembro de 2023	2.140	2.882	984	2.145	8.151
Adições	105	465	136	414	1.120
Baixas	(888)	(1.626)	(901)	(2.099)	(5.514)
Transferência CDMR para venda	(40)	(99)	-	(141)	(280)
Em 31 de dezembro de 2024	1.317	1.622	219	319	3.477
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	(142)	-	(68)	(210)
Em 31 de dezembro de 2025	1.317	1.480	219	251	3.267
Depreciação					
Em 31 de dezembro de 2023	(1.258)	(1.914)	(762)	(1.059)	(4.993)
Adições	(253)	(115)	(36)	(239)	(643)
Baixas	627	824	630	991	3.072
Transferência CDMR para venda	10	11	-	16	37
Em 31 de dezembro de 2024	(874)	(1.194)	(168)	(291)	(2.527)
Adições	(181)	(47)	(13)	(12)	(253)
Baixas	-	-	-	53	53
Em 31 de dezembro de 2025	(1.055)	(1.241)	(181)	(250)	(2.727)
Total em 31 de dezembro de 2024	443	428	51	28	950
Total em 31 de dezembro de 2025	262	239	38	1	540
Taxa de depreciação anual (%)	(*)	10	10	20	

(*) Dependendo da duração de contrato.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível

Abaixo demonstramos a movimentação do intangível nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Controladora	Marcas e patentes	Total vida útil indefinida	Licenças de uso de software	Marcas	Outros	Não competição	Total vida útil definida	Total
Custo								
Em 31 de dezembro de 2023	4.052	4.052	18.684	496	2.867	22	22.069	26.121
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(3.000)	(3.000)	(1.010)	-	(199)	-	(1.209)	(4.209)
Em 31 de dezembro de 2024	1.052	1.052	17.674	496	2.668	22	20.860	21.912
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	1.052	1.052	17.674	496	2.669	22	20.860	21.912
Amortização								
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	(13.788)	(496)	(529)	(22)	(14.835)	(14.835)
Adições	-	-	(3.854)	-	(621)	-	(4.475)	(4.475)
Baixas	-	-	958	-	-	-	958	958
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	(16.684)	(496)	(1.150)	(22)	(18.352)	(18.352)
Adições	-	-	(989)	-	(284)	-	(1.273)	(1.273)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	(17.673)	(496)	(1.434)	(22)	(19.625)	(19.625)
Total em 31 de dezembro de 2024	1.052	1.052	990	-	1.518	-	2.508	3.560
Total em 31 de dezembro de 2025	1.052	1.052	1	-	1.234	-	1.235	2.287
Taxa de amortização anual (%)	-	-	(*)	10	10	10	-	-

(*) Dependendo da duração de cada licença.

(**) Outros: refere-se substancialmente a ativos intangíveis de menor relevância individual, compostos principalmente por valores a imobilizar (gastos incorridos ainda em fase de análise/classificação para definição entre ativo imobilizado ou intangível) e por projetos internos, incluindo o projeto Agile, relacionados ao desenvolvimento e aprimoramento de processos e sistemas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Marcas e patentes (****)			Licenças de uso de software	Outros (*****)			Total vida útil definida	Total
	Ágio na aquisição de investimentos (***)	Total vida útil indefinida			Marcas	Não competição			
Custo									
Em 31 de dezembro de 2023	4.169	300.608	304.777	24.328	495	8.835	22	33.680	338.457
Adições	-	-	-	787	-	2.185	-	2.972	2.972
Baixas	(3.000)	(2.117)	(5.117)	(2.308)	-	(2.191)	-	(4.499)	(9.616)
Transferência de ativos da CDMR para Ativo mantido para venda	-	-	-	(4.724)	-	(4.009)	-	(8.733)	(8.733)
Em 31 de dezembro de 2024	1.169	298.491	299.660	18.083	495	4.820	22	23.420	323.080
Adições	-	-	-	22	-	-	-	22	22
Baixas	-	-	-	(74)	-	(259)	-	(333)	(333)
Em 31 de dezembro de 2025	1.169	298.491	299.660	18.031	495	4.561	22	23.109	322.769
Amortização									
Em 31 de dezembro de 2023	-	(298.491)	(298.491)	(14.824)	(495)	(2.845)	(22)	(18.186)	(316.677)
Adições	-	-	-	(4.878)	-	(2.056)	-	(6.934)	(6.934)
Baixas	-	-	-	1.562	-	417	-	1.979	1.979
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	1.555	-	1.736	-	3.291	3.291
Em 31 de dezembro de 2024	-	(298.491)	(298.491)	(16.585)	(495)	(2.748)	(22)	(19.850)	(318.341)
Adições	-	-	-	(1.067)	-	(496)	-	(1.563)	(1.563)
Baixas	-	-	-	74	-	-	-	74	74
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	(298.491)	(298.491)	(17.578)	(495)	(3.244)	(22)	(21.339)	(319.830)
<i>Total em 31 de dezembro de 2024</i>	<i>1.169</i>	<i>-</i>	<i>1.169</i>	<i>1.498</i>	<i>-</i>	<i>2.072</i>	<i>-</i>	<i>3.570</i>	<i>4.739</i>
<i>Total em 31 de dezembro de 2025</i>	<i>1.169</i>	<i>-</i>	<i>1.169</i>	<i>453</i>	<i>-</i>	<i>1.317</i>	<i>-</i>	<i>1.770</i>	<i>2.939</i>
Taxa de amortização anual (%)	-	-	-	(*)	10	-	10	-	-

(*) Sujeito ao teste anual de valor de recuperação de ativos.

(**) Dependendo de cada duração de licenças.

(***) A amortização acumulada sobre o Ágio na aquisição de investimentos refere-se ao efeito anterior à Lei 11.638/07. Após as práticas contábeis, introduzidas pela conversão da contabilidade brasileira às normas internacionais (Lei 11.638/07), a Companhia passou a realizar ajustes (provisão para perda sobre o valor recuperável) no seu valor de ágio, oriundo das aquisições de controladas, gerando assim uma diferença entre o valor do ágio contábil e o ágio fiscal (ágio na data de aquisição), aceito para futuras dedutibilidades pela Receita Federal.

(****) Os saldos de marcas e patentes apresentados correspondem a ativos intangíveis adquiridos de terceiros, registrados ao custo de aquisição ou de formação. Para fins desta nota explicativa, os valores encontram-se apresentados de forma segregada por empresa. Nexpe: 1.052, MF 100, NBG: 16 e Tropical: 1, totalizando 1.169.

(*****) Os saldos demonstrados como outros se referem a desenvolvimento e melhoria de sistemas não caracterizados como direito de uso de software adquiridos de terceiros ou desenvolvido internamente registros ao custo de aquisição ou de formação deduzidos das respectivas amortizações acumuladas.

(*****) Outros: refere-se substancialmente a ativos intangíveis de menor relevância individual, compostos principalmente por valores a imobilizar (gastos incorridos ainda em fase de análise/classificação para definição entre ativo imobilizado ou intangível) e por projetos internos, incluindo o projeto Agile, relacionados ao desenvolvimento e aprimoramento de processos e sistemas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Principal	365	342	365	342
Encargos financeiros a apropriar	-	-	-	-
Total - Circulante	365	342	365	342
Principal	86	416	86	416
Encargos financeiros a apropriar	-	-	-	-
Total - Não circulante	86	416	86	416
Total	451	758	451	758

No quadro abaixo, demonstramos a movimentação ocorrida em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Saldo inicial	758	1.046	758	5.594
Adições	413	-	413	-
Baixas *	-	-	-	(4.483)
Pagamento de arrendamento	(720)	(288)	(720)	(353)
Pagamento de juros	(40)	(60)	(40)	(188)
Apropriação de juros ao resultado do exercício	40	60	40	188
Total	451	758	451	758

(*) Baixas referente ao ativo mantido para venda das UPI Bamberg, UPI MF e UPI Abyara.

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos, segregado por ano:

Período	Controladora		Consolidado	
	Valor nominal	Valor descontado	Valor nominal	Valor descontado
2026	376	435	376	435
2027	75	87	75	87
Total	451	522	451	522
Potencial crédito de PIS e COFINS	42	48	42	48

Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, a Companhia não considera a inflação futura projetada no valor presente dos pagamentos futuros para a mensuração e remensuração dos seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso e não estima impactos relevantes nos saldos apresentados decorrentes das atuais taxas de juros no mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Parcelamentos judiciais

A Companhia e suas controladas tem registrado em seu balanço parcelamentos judiciais devido a acordos realizados de naturezas trabalhistas, cíveis e tributários. Abaixo demonstramos a posição dos saldos em aberto destes acordos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Circulante	297	174	1.644	1.531
Não Circulante	348	-	1.166	3.487
Total	645	174	2.810	5.018

18. Impostos e contribuições a recolher

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
ISS	1.367	1.380	3.866	4.001
PIS e COFINS	24	-	49	2
IRPJ e CSLL	632	-	647	3
Impostos e contribuições retidos	-	-	-	-
Impostos federais reparcelados	-	-	-	-
INSS Parcelados	-	-	-	-
PGFN Tributário*	2.947	2.558	24.667	22.340
PGFN Previdenciário*	5.182	4.684	44.291	39.029
Outros	36	203	64	208
Total	10.188	8.825	73.584	65.583
Circulante	9.929	8.565	72.800	64.799
Não circulante	259	260	784	784

A Companhia e suas controladas adotaram a medida de suspensão parcial e posterior parcelamento dos pagamentos de impostos de acordo com as Medidas Provisórias aprovadas pelo governo perante a pandemia provocada pela COVID-19, aderindo ao parcelamento em 60 meses.

Em junho de 2023, a Companhia tomou a decisão estratégica de iniciar um processo de renegociação dos pagamentos dos parcelamentos fiscais em vigor, bem como os de 7 de suas controladas, através da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), seguindo as diretrizes estabelecidas no Edital PGDAU nº 3/2023.

Através dessa modalidade de renegociação, nosso objetivo é obter benefícios como descontos e, principalmente, o alongamento dos passivos fiscais atualizados pela Selic. Essa medida visa proporcionar um alívio de caixa no curto prazo, tanto para a Companhia quanto para suas controladas, permitindo que possamos enfrentar o cenário econômico desafiador com maior estabilidade financeira.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de setembro de 2023 finalizamos a adesão ao Edital PGDAU nº 3/2023 de cerca de 90% dos parcelamentos suspensos que foram renegociados junto a PGFN, com descontos médios de 43%, sendo que cerca de 60% dos reparcelamentos alongados em 120 parcelas. Durante o mês de outubro finalizamos os demais reparcelamentos pendentes, principalmente os parcelamentos da controlada Tropical, no valor total de aproximadamente R\$ 2,7 milhões, que havia ficado pendente de adesão ao Edital no prazo legal, em função de atrasos no envio dos mesmos da RFB para a PGFN. A Companhia ingressou um Mandado de Segurança e obteve decisão judicial favorável para que a PGFN incluísse os débitos, o que ocorreu no final de outubro.

Ao longo do exercício de 2024, foram realizadas compensações fiscais no âmbito da controladora e de suas controladas, principalmente relativas a antecipações de IRPJ e CSLL. Tais compensações resultaram em uma redução aproximada de 53% no saldo final de impostos a recuperar na controladora e de 52% no consolidado. No processo de revisão realizado, não foram identificados valores que demandassem baixa contábil dos ativos fiscais registrados.

* No 4º trimestre de 2024, a Companhia contratou uma consultoria especializada para assessorar na estruturação de uma proposta de transação individual junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022, considerando o contexto da recuperação judicial em curso. O objetivo foi avaliar a viabilidade de regularização dos débitos tributários federais, por meio de descontos, utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, e parcelamento do saldo remanescente. No processo de revisão, a consultoria não identificou a necessidade de baixa de créditos tributários registrados.

Em março de 2025, a Companhia e as demais empresas em recuperação judicial do Grupo Nexpe protocolaram, de forma conjunta, a proposta de transação individual junto à PGFN. A operação aguarda análise e eventual aprovação pelos órgãos competentes e, se homologada, poderá representar um avanço relevante na reestruturação do passivo fiscal do grupo.

Em outubro de 2025, a PGFN apresentou contraproposta à transação individual, contemplando, entre outros aspectos: (i) a inclusão de novos débitos anteriormente administrados pela Receita Federal do Brasil; (ii) a manutenção dos descontos e da possibilidade de utilização de créditos fiscais nos limites máximos legais; (iii) o alongamento do prazo de pagamento para até 60 meses no caso de débitos previdenciários e até 84 meses para os demais tributos; e (iv) a exigência de apresentação de garantias, além da previsão de necessidade de garantia alternativa na hipótese de não aceitação das condições propostas.

Em novembro de 2025, o Grupo Nexpe apresentou manifestação à PGFN em resposta à contraproposta, destacando, principalmente: (i) a inviabilidade de prestação de fiança pelos sócios, em razão da natureza da Companhia como sociedade de capital aberto; (ii) a possibilidade de prestação de garantias pela própria Companhia em relação às demais empresas do grupo, na qualidade de sócia; (iii) a solicitação de manutenção da classificação de capacidade de pagamento das empresas ao longo de todo o período do parcelamento, de forma a viabilizar a regularização de eventuais novos débitos em condições equivalentes; (iv) o entendimento de que a exigência de garantias adicionais poderia ser dispensada, considerando a situação patrimonial consolidada do grupo; e (v) a reiteração do pedido de concessão de carência de 90 dias para o início dos pagamentos.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia entende que, superados os pontos ainda em discussão, há viabilidade de formalização da transação individual em curto prazo, o que poderá representar avanço relevante na equalização do passivo tributário do Grupo Nexpe.

Durante o terceiro e quarto trimestre de 2025, a companhia, realizou o levantamento e atualização integral das dívidas tributárias federais protocoladas junto à PGFN, com o objetivo de assegurar que os saldos de obrigações reflitam os valores efetivamente devidos até 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, incluindo os encargos de juros e multas.

Esse procedimento está em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma vez que as dívidas tributárias representam obrigações presentes, derivadas de eventos passados cuja liquidação demandará a saída de recursos representativos de benefícios econômicos. Assim, as atualizações de valores de juros e multas constituem ajustes de mensuração de passivos já reconhecidos, e não novas provisões.

O processo de atualização foi conduzido observando critérios técnicos e legais, conforme segue:

- Base de cálculo: valores originais das dívidas tributárias reconhecidas contabilmente até a data-base definida;
- Encargos de juros: aplicados com base na taxa SELIC acumulada até o período de corte, para débitos federais;
- Multas: calculadas segundo os percentuais previstos nas legislações específicas de cada ente federativo;
- Parcelamentos ativos: considerados os índices e condições contratuais de cada programa de parcelamento.

Os valores de atualização de juros e multas foram reconhecidos como acréscimos aos passivos tributários existentes, e os respectivos efeitos registrados no resultado do exercício sob a rubrica de Despesas Financeiras.

O procedimento não caracterizou mudança de política contábil ou alteração de estimativa contábil, tratando-se exclusivamente de ajuste de mensuração de obrigações presentes já reconhecidas.

Eventuais efeitos relacionados a períodos anteriores foram refletidos nas demonstrações financeiras comparativas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.

19. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas da Companhia referem-se basicamente a mútuos remunerados de acordo com a variação do CDI, pactuados entre a Companhia e suas controladas. As operações e negócios com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes para os respectivos tipos de operações, ou mediante pagamento compensatório condizente com a natureza de cada operação.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.1 Operações com Partes Relacionadas – ativo

A composição dos saldos a receber de partes relacionadas está apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	dez/25	dez/24	dez/25	dez/24
Operações de mútuo a receber de controladas	24.466	79.651	-	-
Operações com serviços compartilhados	34	27.022	1.142	1.243
Total	24.500	106.673	1.142	1.243

a) Operações de mútuo a receber de controladas

Ativos	Vencimento	Controladora	
		Dez/25	Dez/24
NXP	27/05/2026	63	55
NBG	27/05/2026	77	6.739
Global	27/05/2026	566	49.702
Liborio	27/07/2026	678	459
Rede Morar	27/05/2026	23.034	19.950
Tropical	27/05/2026	48	2.746
Total		24.466	79.651

Os saldos classificados no ativo não circulante destinam-se a empréstimos às controladas para capital de giro. Para estes empréstimos, os valores são corrigidos pelo CDI acrescido de 1% ao ano, com prazo de vencimento de um a cinco anos, sem garantias. A receita financeira apropriada em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 7.268 e em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 7.693.

b) Operações com serviços compartilhados

A Companhia possui serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Suportados pela controladora e repassados as suas controladas.

	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
ABBR	-	-	(1)	(1)
Basimóvel	8	1.217	-	-
BMBRG	1	-	195	195
Credimorar	8	3.075	69	69
CDMR	5	-	5	5
Ética	-	2.050	-	-
Global	-	6.631	-	-
Liborio	-	5	-	-
MFCI	-	-	874	975
NAB	1	3.019	-	-
NBG	1	2.847	-	-
Niterói	-	1.120	-	-
NXP	-	110	-	-
Rede Morar	-	6.572	-	-
Tropical	10	376	-	-
Total	34	27.022	1.142	1.243

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) a receber

	Controladora						
	Dez/23	Adição	Recebidos	Dez/24	Adição	Recebidos	Dez/25
Basimóvel	112	-	-	112	-	(112)	-
Credimorar	103	-	-	103	-	(103)	-
Global	724	-	-	724	-	(724)	-
Niterói	984	-	-	984	-	(984)	-
<i>Total não circulante</i>	<i>1.923</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1.923</i>	<i>-</i>	<i>(1.923)</i>	<i>-</i>

Os dividendos e JCP a receber correspondem aos valores destinados como dividendos pagos pelas controladas à Companhia, no transcorrer do exercício de 2025.

19.3 Demonstração do resultado

	Controladora					
	Despesas gerais e administrativas		Outras receitas (despesas) operacionais		Resultado financeiro	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
NAB	3	36	-	32	-	-
NBG	19	551	5	266	432	727
Basimóvel	-	-	-	-	-	-
NXP	-	-	-	-	8	10
Credimorar	37	3.369	-	585	-	(965)
Liborio	-	-	-	-	83	22
Global	6	-	-	121	3.257	5.439
Ética	13	727	7	224	-	(3)
Niterói	16	415	-	250	-	-
Rede Morar	-	-	-	-	3.084	2.165
Tropical	5	30	-	65	404	298
	<i>99</i>	<i>5.128</i>	<i>12</i>	<i>1.543</i>	<i>7.268</i>	<i>7.693</i>

a) Despesas gerais e administrativas

Refere-se às transações de rateio sobre serviços compartilhados incorridos em comuns às partes relacionadas, suportados, em sua maioria, pela controladora e repassados para suas controladas (vide nota explicativa nº 19.1 b).

b) Outras receitas (despesas) operacionais

As despesas relacionadas a serviços contratados, como agência de publicidade, manutenção de equipamentos, consultorias, entre outros, são rateados entre as empresas através de critérios que consideram aferição do uso efetivo do determinado recurso compartilhado. Essas despesas e/ou receitas são classificadas de acordo com a sua natureza na demonstração do resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Resultado financeiro

Os saldos classificados no resultado financeiro referem-se à juros sobre atrasos de impostos e tributos e receita de juros sobre os mútuos (vide nota explicativa nº 19.1 a), e que se destinam a empréstimos às controladas para capital de giro, corrigidos pelo CDI acrescido de 1% ao ano.

19.4 Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A Diretoria propõe que a remuneração global anual da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) para o exercício social de 2025 seja de até R\$ 344 (trezentos e quarenta e quatro mil reais).

A Diretoria propõe que a remuneração global anual do conselho fiscal para o exercício de 2025 seja correspondente ao mínimo legal, a saber, o valor equivalente a 10% da remuneração fixa média da Diretoria, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, multiplicada pela quantidade de membros do conselho fiscal.

Abaixo a remuneração do pessoal-chave da Companhia, nos exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Descrição	Dez/25	Dez/24
<u>Diretoria estatutária</u>		
Pró-labore	229	291
Benefícios diretos e indiretos	68	167
Bônus	-	-
Comissões	-	-
Total	297	458
<u>Conselho de Administração</u>		
Pró-labore	-	-
Total	-	-
Total remuneração pessoal-chave	297	458

20. Outros créditos e outras contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Adiantamentos diversos	17	120	52	1.386
Créditos a Receber UPI *	789	-	2.654	-
Outros Créditos a receber	16	522	328	2.966
Total	822	642	3.034	4.352
Circulante	215	581	896	4.086
Não circulante	607	61	2.138	266

Os créditos a receber referem-se, substancialmente, a valores junto a terceiros decorrentes de operações específicas, incluindo entidades como ABBR Administradora Ltda., BMBRG Administradora de Imóveis Ltda. e MFCI Consultoria Imobiliária Ltda.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tais créditos foram ajustados a valor presente, quando aplicável, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, considerando as condições contratuais e prazos estimados de realização.

A Administração constituiu provisão para perdas sobre créditos cuja recuperabilidade apresenta risco, com base em análise individualizada dos saldos.

Os demais valores referem-se a adiantamentos e créditos operacionais de menor relevância, não sendo necessária divulgação segregada adicional.

Os saldos estão classificados entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
ACFB Administradora Judicial Ltda	2.031	-	2.031	-
Bichara Advocacia	789	-	3.050	-
PRJ BR PARTNERS	1.500	1.500	1.500	1.500
Diversas Consultorias Jurídicas Recuperação Judicial	1.768	788	1.931	788
Depósitos judiciais	-	554	-	2.576
Outras contas a pagar	588	3.259	1.779	3.061
Total	6.676	6.101	10.291	7.925
Circulante	5.675	4.612	9.183	7.855
Não circulante	1.001	1.489	1.108	70

As outras contas a pagar são compostas substancialmente por obrigações relacionadas ao processo de recuperação judicial da Companhia, incluindo honorários de administradores judiciais, assessores jurídicos e consultorias especializadas, conforme demonstrado abaixo:

Destacam-se os saldos junto à ACFB Administradora Judicial Ltda., Bichara Advocacia e PRJ BR Partners, que representam as principais obrigações registradas na rubrica na data-base.

As despesas com consultorias jurídicas relacionadas ao processo de recuperação judicial são reconhecidas com base nos contratos firmados e na prestação dos serviços ao longo do período, sendo mensuradas com base nas melhores estimativas da Administração, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, no exercício de 2025, a Companhia realizou a conciliação e o encontro de contas entre valores anteriormente registrados no passivo a título de depósitos judiciais não identificados e os correspondentes saldos registrados no ativo, não havendo valores residuais remanescentes nessa rubrica ao final do período. Maiores detalhes sobre esses procedimentos estão apresentados na Nota Explicativa nº 11.

Os saldos estão classificados entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social

A despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social é substancialmente decorrente do método do lucro presumido, no qual são aplicadas as alíquotas dos impostos diretamente sobre a receita de prestação de serviços.

A maioria das controladas apura seu imposto de renda e contribuição social pelo método de Lucro Real. A apuração das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social na Companhia está demonstrada no quadro a seguir:

<i>Imposto de Renda e Contribuição Social</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>Dez/25</i>	<i>Dez/24</i> (Reapresentado)	<i>Dez/25</i>	<i>Dez/24</i> (Reapresentado)
Base de cálculo das empresas tributadas pelo Lucro Real	108.394	(73.011)	108.434	(72.985)
Resultado de Equivalência Patrimonial	30.237	55.162	-	191
Base de cálculo Combinada por regime	78.157	(17.849)	108.434	(72.682)
Alíquota combinada 34% para IRPJ e CSLL	(26.573)	10.826	(36.837)	24.712
Diferenças permanentes adicionadas (excluídas) à base de cálculo	25.907	(10.826)	36.043	(24.731)
<i>Despesas de imposto de renda e contribuição social</i>	<i>(666)</i>	<i>-</i>	<i>(794)</i>	<i>(19)</i>

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 15% e 9% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social, respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados no valor de R\$ 197.944 na controladora e R\$ 662.904 no consolidado. Em decorrência da administração da Companhia não ter identificado lucros tributáveis futuros, para os quais fossem consumir os referidos montantes, nenhum ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa da Companhia foi constituído nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia na data base de 31 de dezembro de 2025.

22. Provisão para riscos processuais (Consolidado)

21.1 Processos classificados como risco de perda prováveis

Segundo os assessores jurídicos não houve movimentações nas provisões para riscos processuais, classificadas como provável de perda, no período findo em 31 de dezembro de 2025. A seguir a abertura da movimentação das provisões para riscos processuais, classificadas como provável de perda, de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis, em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado				
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Administrativos	Total
Saldo em 31/12/2024	6.825	217	3.184	12.090	22.316
Perda no ano - valores não utilizados e revertidos	(8.157)	-	(14.277)	(9)	(22.443)
Provisão no ano - Aumentos nas provisões existentes	6.708	-	2.577	656	9.941
Perda no ano - valores utilizados	-	-	-	-	-
Provisão no ano - Novos processos	4.750	-	7.501	42	12.293
Ajustes as provisões - deságio PRJ (*)	(2.672)	-	4.119	-	1.447
Saldo em 31/12/2025	7.454	217	3.104	12.779	23.554
Circulante					9.119
Não Circulante					14.435
	Consolidado				
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Administrativos	Total
Saldo em 31/12/2023	6.048	133	4.442	4.274	14.897
Perda no ano - valores não utilizados e revertidos	(1.100)	-	(17.785)	(975)	(19.860)
Provisão no ano - Aumentos nas provisões existentes	3.771	84	1.539	975	6.369
Perda no ano - valores utilizados	(1.323)	-	-	(240)	(1.563)
Provisão no ano - Novos processos	7.717	-	10.450	8.056	26.223
Ajustes as provisões - deságio PRJ (*)	(8.288)	-	4.538	-	(3.750)
Saldo em 31/12/2024	6.825	217	3.184	12.090	22.316
Circulante					8.926
Não Circulante					13.390

(*) o deságio foi calculado de acordo com as condições aprovadas no PRJ, vide Nota 1.1.

A administração da Companhia, em conjunto com seus advogados internos e externos, conduz avaliações periódicas de forma semestral sobre a potencialidade de perdas resultantes de processos judiciais.

Ao longo do ano de 2024 houve dois eventos: (i) alguns avanços de estágio processual e (ii) decisões judiciais desfavoráveis, que levaram à reavaliação da probabilidade de perdas em um grupo de processos cíveis e trabalhistas, elevando-a de uma perspectiva inicial de possível perda para uma situação em que a perda se tornou provável.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ocorreu também a reavaliação de valores provisionados como provável em 2023 no cível e trabalhista que por conta de decisão favorável em um grupo de processos, o que ocasionou 1,1 Milhões de reversão em contingências trabalhistas e 17 milhões em reversão para contingência Cíveis. Destaca-se que dos 17 milhões de reversão das contingências Cíveis, 11 milhões se refere ao processo da Ondrive cujo valor provisionado (Sem deságio) era de 11 milhões em 2023.

Em decorrência disso, foi revisado a provisão para perdas relacionadas aos respectivos processos de forma a refletir a nova avaliação da probabilidade de perda e, conseqüentemente, o valor da provisão foi ajustado para se adequar à situação atual.

Esse ajuste reflete o compromisso da administração em manter as demonstrações financeiras da Companhia alinhadas com as condições e riscos em evolução. A avaliação continua dos processos judiciais e a conseqüente atualização das provisões demonstram uma abordagem cautelosa e responsável para apresentar com precisão a situação financeira da empresa, refletindo o impacto potencial das contingências legais em curso. É importante ressaltar que as perdas são registradas somente quando sentenças definitivas com valores definidos e/ou acordos homologados ocorrem. Nesse ponto, os processos que estavam originalmente provisionados são baixados da conta de provisão para riscos processuais, e um passivo é constituído como Contas a Pagar.

21.2 Processos classificados como risco de perda possíveis

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza trabalhistas, tributárias e cíveis, classificadas como probabilidade de perda possível pelos seus assessores jurídicos, não provisionadas.

	Dez/25	Dez/24
Administrativos	7.201	6.692
Trabalhistas	6.700	6.720
Tributárias	159.997	39.245
Cíveis	35.729	30.490
Total	209.627	83.147

21.3 Naturezas dos processos

a) Processos de natureza trabalhista

Os processos de natureza trabalhista, com probabilidades de perda classificadas como prováveis e possíveis, versam, em sua grande maioria, sobre o vínculo empregatício e respectivas verbas reclamadas por antigos corretores associados. A Diretoria da Companhia, apoiada nas melhores práticas do mercado de intermediação imobiliária e na opinião dos seus assessores jurídicos, entende que a alteração da estratégia na condução das ações e a efetiva consolidação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) foram essenciais para estabelecer uma melhor compreensão dos julgadores em relação a natureza jurídica da parceria existente entre a Companhia e os profissionais autônomos associados, desprovidos de qualquer vínculo empregatício e previdenciário com a imobiliária, além de gerar o desestímulo necessário ao ajuizamento de novas reclamações, seja pelo aumento do índice de sucesso na defesa das demandas, como também pela alteração do regramento quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios pelo sucumbente (parte derrotada).

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nesse contexto, os processos mais recentes possuem, em geral, uma menor chance de perda, quando comparados com aqueles processos anteriores à efetiva consolidação da Reforma Trabalhista. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, em termos consolidados, era ré em processos trabalhistas prováveis de perda com montantes envolvidos de R\$ 32.943, que após o deságio tornou-se R\$ 7.454, respectivamente e, em processos trabalhistas classificados como perda possível com montantes envolvidos de R\$ 6.700 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 6.720 em 31 de dezembro 2024.

b) Processos de natureza cível

Os processos classificados como probabilidade de perda provável e possível, de natureza cível, em que a Companhia é ré. Os processos de natureza cível versam, em sua maioria, sobre pedidos de devolução de comissões de corretagem auferidas em lançamentos imobiliários.

Apesar do posicionamento protetivo do judiciário ao consumidor, a Diretoria da Companhia, apoiada nas melhores práticas do mercado de intermediação imobiliária e na opinião de seus assessores jurídicos, entende que todas as comissões recebidas, independente da natureza e do tipo de imóvel transacionado, são lastreadas no Código Civil Brasileiro e em contratos devidamente firmados entre as partes, não havendo que se falar em devolução dos valores recebidos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, em termos consolidados, era ré em processos cíveis prováveis de perda com montantes envolvidos de R\$ 26.198, após o deságio tornou-se R\$ 3.104 e em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 30.399, que após o deságio tornou-se R\$ 3.184, respectivamente e, em processos cíveis classificados como perda possível com montantes envolvidos de R\$ 35.729 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 30.490 em 31 de dezembro de 2024.

c) Processos de natureza tributária

Os processos classificados como probabilidade de perda possível, de natureza tributária, em que a Companhia é ré, versam, em sua grande maioria, sobre autuações por parte da Receita Federal do Brasil, em razão da suposta ausência do recolhimento de tributos, tais como contribuições previdenciárias e imposto de renda incidente sobre a remuneração auferida pelos corretores associados (contribuintes individuais). As comissões são efetuadas pelos clientes contratantes diretamente aos corretores associados e não transitam pela Companhia. A Diretoria da Companhia, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e na jurisprudência relativa ao tema, entende que as autuações são improcedentes em função da natureza autônoma do corretor, expressamente previsto no Código Civil, ratificado pela Lei 13.097/15 que alterou a Lei 6.530/78, além da reforma trabalhista Lei 13.467/17, possibilitando melhor interpretação das autoridades competentes. Em 31 de dezembro de 2025 e dezembro de 2024 a Companhia, em termos consolidados, era ré em processos tributários prováveis de perda com montantes envolvidos de R\$ 217, e em processos tributários classificados como perda possível com montantes envolvidos de R\$ 159.997 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 39.245 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) **Processos de natureza administrativa**

Os processos classificados como probabilidade de perda possível, de natureza administrativa, em que a Companhia é ré, versam, em sua grande maioria, sobre demandas em processos administrativos municipais relacionados à divulgação de material publicitário da atividade imobiliária. Além disso, receberam autuações do CRECI relacionadas ao desenvolvimento da atividade de intermediação imobiliária por corretores a elas vinculados. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, em termos consolidados, era parte passiva em processos administrativos prováveis de perda com montantes envolvidos de R\$ 12.779 e em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 12.090, e em processos administrativos classificados como perda possível com montantes envolvidos de R\$ 7.201, em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 6.692 em dezembro de 2024.

23. **Patrimônio líquido**a) **Capital social**

Em 12 de janeiro de 2021, foi aprovado pelo Conselho da Administração o aumento de capital com emissão de ações no valor de R\$ 120 Milhões, com integralização mediante a primeira emissão de debêntures da Companhia aprovada em assembleia em 26 de abril de 2019. Em 27 de janeiro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia com emissão de 54.246.650 ações ordinárias no valor de R\$ 54.789.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2022 foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 50 (cinquenta) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária, sem modificação do valor do capital social. As ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas de forma agrupada a partir do dia 27 de janeiro de 2023 (inclusive).

Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o capital da Companhia era de R\$ 815.460 (R\$ 815.460 em 31 de dezembro de 2024) representado por 2.655.569 (2.655.569 ações em 31 de dezembro de 2024 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal das quais 1.022 ações ordinárias (1.022 em 31 de dezembro de 2024) eram mantidas em tesouraria.

Abaixo a movimentação na quantidade de ações ordinárias em circulação e ações em tesouraria:

	<i>Quantidade de ações</i>
Ações em circulação (após grupamento)	2.643.761
Ações em tesouraria (após grupamento)	1.022
Saldos em 31/12/2024 (após grupamento)	2.644.783
Ações em circulação	2.643.761
Ações em tesouraria	1.022
Saldos em 31/12/2025	2.644.783

a) Bônus de subscrição

Dentro do limite de capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

b) Planos de opções baseado em ações ("Planos")

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2014, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, destinado a administradores.

Após a aprovação do Plano, foram realizadas outorgas de opções no âmbito do Plano, com condições de aquisição de direito (*vesting*) vinculadas à permanência dos beneficiários na Companhia e ao atingimento de metas de desempenho, bem como prazos e preços de exercício definidos em cada instrumento de outorga.

O Plano possui característica de remuneração baseada em ações classificada como instrumento patrimonial, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações (equivalente ao IFRS 2), sendo o valor justo das opções mensurado na data de outorga e reconhecido ao longo do período de aquisição de direito.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui executivos ou empregados elegíveis participantes do Plano, tampouco mantém contratos ativos que gerem direitos a exercício de opções de compra de ações. Dessa forma, não há opções em aberto, exercíveis ou a exercer na referida data-base.

Adicionalmente, não houve novas outorgas, exercícios, cancelamentos ou modificações de opções nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Em decorrência do exposto, não foram reconhecidos efeitos de pagamento baseado em ações no resultado ou no patrimônio líquido nos exercícios apresentados.

c) Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, equivalente ao IAS 33, a seguir estão reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

Resultado por ação básico e diluído:	Dez/25	Dez/24
Lucro (Prejuízo) do exercício	107.728	(73.011)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	867	867
Lucro (Prejuízo) do exercício por ação (em R\$) – básico e diluído	124,25375	(84,21107)

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

d) **Reserva de capital**

Em dezembro de 2007, houve o reconhecimento de R\$ 56 referentes a ágio na emissão de ações.

Durante o primeiro semestre de 2008, a Companhia alienou parte das ações em tesouraria, por meio da operação de aquisição de novas empresas. O resultado positivo apurado na operação, no montante de R\$ 25.486 foi registrado como reserva de capital.

Em fevereiro de 2011, a Companhia recebeu como parte da quitação do débito dos sócios fundadores da Triumphe 173.266 (cento e setenta e três mil, duzentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, incorrendo na reversão parcial do valor da aquisição no montante de R\$ 2.015. Em abril como parte do pagamento pela Bamberg Imóveis, a Companhia transferiu para os sócios fundadores 1.845.980 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta) ações gerando um resultado positivo de R\$ 15.319, no mês seguinte, em maio, a Companhia recebeu dos sócios fundadores da Rede Morar como ajuste de preço na aquisição da subsidiária 20.001 (vinte mil e uma) ações ordinárias, no mesmo mês foi transferido aos sócios fundadores da Jairo Rocha 564.000 (quinhentos e sessenta e quatro mil) ações que representaram R\$ 4.145 para liquidar a aquisição da subsidiária.

Em outubro de 2013, foi recebido dos sócios fundadores da Redentora 142.526 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e vinte e seis) ações, que representaram R\$ 487 para liquidar a aquisição da subsidiária. Essas operações resultaram no montante de R\$ 43.478.

Em 04 de abril de 2021 houve a outorga de 206.938 ações referentes ao plano de Stock option assinado em 04 de julho de 2018, tendo o valor de R\$ 6.045 diminuídos do saldo da reserva de capital, perfazendo um saldo de R\$ 37.433.

Em conformidade com as normas contábeis e práticas de governança corporativa, a Companhia realizou, no período de dezembro de 2024, a baixa de ações em tesouraria, no valor de R\$ 12.234 com o objetivo de regularizar o saldo existente e refletir corretamente sua posição patrimonial.

A baixa foi necessária para alinhar a quantidade de ações em tesouraria registrada nos demonstrativos financeiros com a posição real da Companhia, garantindo a correta mensuração do patrimônio líquido, conforme estabelecido pelos pronunciamentos contábeis vigentes.

A baixa foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, sem efeito sobre o resultado do período. Como não houve alienação ou cancelamento das ações, a operação teve apenas impacto patrimonial, sem gerar ganhos ou perdas.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Ações em tesouraria

Abaixo demonstramos a quantidade e o saldo de ações em poder da Companhia:

	Quantidade de ações em tesouraria	Valor das ações em tesouraria	Valor de mercado das ações em tesouraria
Saldo em 31/12/2024	1.022	3	4
Saldo em 31/12/2025	1.022	3	4

O valor de fechamento da ação da Nexpe em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos) e em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos).

f) Destinação dos resultados

O Estatuto Social prevê que o lucro líquido apurado deverá ser destinado, primeiramente, à absorção de prejuízos acumulados e que 5% do lucro líquido deverá ser destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social da Companhia. Após a distribuição de dividendos obrigatórios, o lucro líquido será destinado, em percentual necessário, à constituição de reserva para contingências.

g) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que 25% do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal, será distribuído aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório entre todas as ações. Há, também, previsão estatutária de distribuição de dividendo antecipado e/ou intermediário, ambos imputados ao dividendo obrigatório, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Além das regras sobre retenção de lucros descrita acima e aquelas gerais descritas na Lei das Sociedades Por Ações (incompatibilidade da distribuição face à situação financeira da Companhia), a Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos.

h) Gestão de capital

Com relação à gestão do capital, a Companhia não possui como política a captação de recursos financeiros por meio de empréstimos e financiamento.

24. Receita líquida

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Receita de prestação de serviços (*)	680	366	764	129.005
Cancelamentos	-	-	-	(174)
Impostos incidentes sobre serviços (**)	(94)	(50)	(105)	(14.522)
Total	586	316	659	114.309

(*) Vide NE 2.4 - Letra "n"

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(**)ISS, PIS e Cofins

25. Custos dos serviços prestados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Comissão com Lançamentos	-	-	(9)	(11)
Comissão com avulsos	-	-	-	(62)
Comissão com Locação	-	-	-	(65)
Comissão com Crédito Imobiliário (*)	-	-	-	(61.263)
Custo de apoio a vendas	-	-	-	(522)
Outros Custos	-	(11)	-	(574)
Total	-	(11)	(9)	(62.497)

(*) Neste segmento a Companhia atua oferecendo assessoria na contratação de financiamento imobiliário seja através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ou através do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), garantindo uma adequada comunicação com as instituições financeiras, diminuindo assim o tempo de fricção na contratação do serviço.

26. Despesas gerais e administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Pessoal e Encargos	(1.853)	(6.929)	(2.594)	(38.888)
Despesas com Ocupação	255	-	209	(2.690)
Serviços Contratados	(5.930)	(8.389)	(11.166)	(14.665)
Serviços Compartilhados	98	1.570	-	-
PECLD	127	(135)	182	(816)
Outras Despesas	(53)	(155)	(365)	(33)
Total	(7.356)	(14.038)	(13.734)	(57.092)

28. Resultado financeiro, líquido

26.1 Despesas financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24 (Reapresentado)	Dez/25 (Reapresentado)	Dez/24 (Reapresentado)
Despesas bancárias	(48)	(57)	(70)	(121)
IOF/IOC	(18)	(75)	(20)	(208)
Juros pagos a fornecedores	(68)	(24)	(148)	(1.116)
Juros de atualização de impostos	(4)	186	(203)	(2.215)
Juros s/ Empréstimos Bancários	-	(7.737)	-	(12.475)
Juros - Arrendamentos	(40)	(60)	(40)	(194)
Outras despesas financeiras	-	(6.892)	(42)	(19.135)
Ajuste a valor presente - Contas a Receber	(72)	-	(300)	(162)
Juros e multa de obrigações tributárias	(979)	(1.580)	(8.252)	(20.525)
Total	(1.229)	(16.239)	(9.075)	(56.151)

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.2 Receitas financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
	(Reapresentado)		Reapresentado)	
Juros s/ Mútuos, Controladas e Acionistas	6.927	7.693	3	-
Receitas s/ aplicações financeiras	47	(892)	195	(768)
Descontos obtidos em aluguéis	-	9	-	29
Ajuste a valor presente - Contas a receber	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	16	15.231	166	15.630
Total	6.990	22.041	364	14.891
Total do resultado financeiro, líquido	5.761	5.802	(8.711)	(41.260)

29. Outras despesas e receitas operacionais, líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Provisão de Contencioso Cível	684	(10.546)	(854)	(34.111)
Deságio - Provisão para Contencioso Cível	-	11.998	-	27.214
Provisão de Contencioso Fiscal	-	-	-	(84)
Provisão de Contencioso Trabalhista (*)	15	(5.470)	(384)	(25.862)
Deságio - Provisão de Contencioso Trabalhista (*)	-	5.478	-	29.863
Outras receitas/despesas operacionais (**)	(2.254)	(1.089)	(8.080)	(6.327)
Ganho na venda de participações (***)	134.891	-	134.891	-
Resultado na alienação de participações societárias(***)	8.006	-	8.006	-
Custo na alienação de Participações societárias	-	-	(1.077)	-
Perdas Judiciais Fiscais	-	-	-	(568)
Perdas Judiciais Trabalhistas (**)	-	(8)	(307)	(395)
Perdas judiciais cíveis	-	-	(80)	(155)
Provisão para perdas em investimentos	-	(2.219)	-	(2.219)
Prejuízo locação	-	-	-	(18)
Baixa de Imobilizado por obsolescência	-	(375)	-	(1.965)
Perda por impairment	-	(2.104)	-	(2.104)
Total	141.342	(4.335)	132.115	(16.731)

(*) Esta conta registra as receitas (despesas) com a reversão (constituição) de provisões para perda dos riscos processuais, classificadas como provável, vide Nota explicativa nº 22.1;

(**) Neste grupo estão alocadas as demais despesas e receitas como multas contratuais, baixa de ativos por obsolescência e receitas ou despesas na alienação de bens e de ações.

(***) Ganho na venda de participações, vide nota explicativa nº 10.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os principais instrumentos financeiros ativos usualmente utilizados pela Companhia e suas controladas são aqueles registrados nas rubricas de "Caixa e Equivalentes de Caixa" e "Títulos e Valores Mobiliários", em condições normais de mercado. Esses instrumentos são reconhecidos pelos critérios descritos na nota explicativa nº 6.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras conceituadas e consideradas de risco baixo pelos analistas de mercado.

Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínuas de análises de crédito. Em 31 de dezembro de 2025 não houve concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Considerações sobre riscos sobre instrumentos financeiros.

O quadro abaixo demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025:

Instrumentos Financeiros	Mensuração	Controladora		Consolidado	
		Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	296	565	6.363
Contas a receber	Custo amortizado	264	81	995	994
Títulos e Valores Mobiliários	Custo amortizado	-	-	-	-
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	24.500	106.673	1.142	1.243
Total ativo financeiro		24.764	107.050	2.702	8.600
Passivos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.825	2.793	2.840	2.592
Parcelamentos judiciais	Custo amortizado	645	174	2.810	5.018
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	451	758	451	758
Outras contas a pagar	Custo amortizado	6.676	6.101	10.291	7.925
Total passivo financeiro		9.597	9.826	16.392	16.293

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com as taxas de mercado.

a. Considerações sobre riscos sobre instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Mercado;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente às variações da taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário e fundos de investimentos contratados em reais e dos juros sobre os mútuos a receber contratados a CDI + 1% a.a. Não há exposição ao risco de taxa de juros no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2025 que reflète o saldo das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 6.283.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2025, foi definido o cenário provável. Considerando o acompanhamento da taxa Selic e com base em projeções divulgadas do Relatório Focus do Banco Central do Brasil, foi obtida a projeção da taxa Selic de %, para os próximos 12 meses, e este definido como cenário provável. O CDI encerrou em % em 31 de dezembro de 2025, de acordo com dados extraídos do Banco Central do Brasil.

Para o cenário provável, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações:

<i>Operação</i>	<i>Risco</i>	<i>Dez/25 Cenário Provável MTM</i>
<i>Rendimento das aplicações financeiras</i>	<i>CDI</i>	<i>12,13%</i>
<i>Posição Aplicações financeiras</i>	<i>563</i>	<i>68</i>
<i>Mútuos com partes relacionadas</i>	<i>24.466</i>	<i>2.968</i>

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mantendo uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Adicionalmente, a Companhia monitora os ativos e passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir mostra o vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações (inclui os fluxos de caixa dos juros e principal).

	<i>Em um ano</i>	<i>De dois a cinco anos</i>	<i>Total</i>
Controladora			
Fornecedores	1.692	133	1.825
Parcelamentos judiciais	297	348	645
Passivo de arrendamento	365	86	451
Outras contas a pagar	5.675	1.001	6.676
Total	8.029	1.568	9.597
Consolidado			
Fornecedores	2.423	417	2.840
Parcelamentos judiciais	1.644	1.166	2.810
Passivo de arrendamento	365	86	451
Outras contas a pagar	9.183	1.108	10.291
Total	13.615	2.777	16.392

Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, de saldo em bancos, aplicações financeiras (substancialmente em renda fixa e contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes.

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>Dez/25</i>	<i>Dez/24</i>	<i>Dez/25</i>	<i>Dez/24</i>
Caixa e equivalentes de caixa	-	296	565	6.363
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Contas a receber	264	81	995	994
Total Risco de Crédito	264	377	1.560	7.357

As políticas de constituição de provisão para perdas e a política de cobrança dos títulos em aberto cujo vencimento ainda não ocorreu estão divulgadas na nota explicativa n° 7.

Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por aplicações financeiras e financiamentos estão apresentados nos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 por valores que se aproximam ao valor de mercado considerando operações similares.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos

Em dezembro de 2024, o saldo do contrato de swap foi integralmente baixado, em decorrência da transferência da operação para a CDMR, juntamente com o saldo do empréstimo vinculado à Cédula de Crédito Bancário (CCB) firmada com o Banco Bradesco. Essa transferência resultou no desreconhecimento contábil do derivativo pelas demonstrações financeiras da Nexpe, uma vez que os direitos e obrigações associados à operação foram integralmente repassados à CDMR, no contexto da estruturação da alienação da UPI Credimorar.

32. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Não está incluída, no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Diretoria da Companhia.

A cobertura e vigência dos principais seguros estão demonstrados a seguir:

<i>Ramo</i>	<i>Principais coberturas</i>	<i>Cobertura máxima anual</i>	<i>Vigência</i>
<i>Responsabilidade de civil dos diretores e administradores</i>	<i>Custos de defesa e indenizações por prejuízos financeiros causados a terceiros em decorrência de erros ou omissões nos atos de gestão dos administradores.</i>	<i>40.000</i>	<i>24/04/2026</i>

34. Segmentos operacionais

A Intermediação Imobiliária inclui o segmento primário, que compreende as vendas de lançamentos imobiliários ou imóveis novos; o segmento secundário que compreende as vendas de imóveis prontos, em geral. A Companhia presta serviços a compradores e vendedores de imóveis, abrangendo a venda de edifícios, unidades residenciais, loteamentos, condomínios de casas e conjuntos comerciais; e o segmento de locação que compreende os serviços de locação de imóveis residenciais e comerciais e outros serviços correlatos.

O crédito imobiliário compreende serviços de assessoria na comercialização de serviços financeiros imobiliários através de canais digitais, das lojas próprias ou através de parcerias com outras imobiliárias e demais assessorias financeiras. Neste segmento a Companhia atua oferecendo assessoria na contratação de financiamento imobiliário seja através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ou através do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), garantindo uma adequada comunicação com as instituições financeiras, diminuindo assim o tempo de fricção na contratação do serviço. Adicionalmente, este segmento compreende serviços de comercialização e intermediação do crédito com imóvel em garantia, modalidade de crédito onde um imóvel residencial ou comercial quitado é oferecido como garantia para captação de empréstimo.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O processo decisório da Companhia não considera a alocação de determinados ativos, passivos e itens de resultado que não sejam diretamente atribuíveis aos segmentos ou que sejam oriundos da controladora que é uma holding. Estes valores estão sendo apresentados na coluna nominada "Não alocado", no quadro apresentado a seguir:

Demonstração do resultado do exercício por segmento operacional:

DRE por Segmento	Dez/25			Total
	Crédito Imobiliário	Intermediação Imobiliária	Não alocado	
Receita Líquida	-	5	654	659
Custo dos serviços prestados	-	-	(9)	(9)
Resultado bruto	-	5	645	650
Despesas administrativas, honorários da diretoria e outras receitas e despesas operacionais	(98)	(5.092)	123.274	118.084
Depreciação e Amortização	-	(29)	(1.650)	(1.679)
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(98)	(5.116)	122.269	117.055
Resultado financeiro	(3.445)	(2.561)	(2.705)	(8.711)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(3.543)	(7.677)	119.564	108.344
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(128)	-	(666)	(794)
Lucro do exercício	(3.671)	(7.677)	118.898	107.550
Lucro atribuído aos acionistas controladores				107.728
Lucro líquido atribuído aos sócios não controladores				(178)

DRE por Segmento	Dez/24			Total
	(Reapresentado) Crédito Imobiliário	(Reapresentado) Intermediação Imobiliária	(Reapresentado) Não alocado	
Receita Líquida	105.553	8.319	437	114.309
Custo dos serviços prestados	(62.127)	(337)	(33)	(62.497)
Resultado bruto	43.426	7.982	404	51.812
Despesas administrativas, honorários da diretoria e outras receitas e despesas operacionais	(37.426)	(11.155)	(26.221)	(74.803)
Depreciação e Amortização	(2.183)	(892)	(5.660)	(8.734)
(Prejuízo) Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.817	(4.065)	(31.477)	(31.725)
Resultado financeiro	(19.319)	(3.487)	(18.454)	(41.260)
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(15.502)	(7.552)	(49.931)	(72.985)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19)	-	-	(19)
Prejuízo do exercício	(15.521)	(7.552)	(49.931)	(73.004)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores				(72.997)
Prejuízo atribuído aos sócios não controladores				(7)

35. Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades que não envolveu caixa e, portanto, foi excluída da demonstração dos fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Dez/25	Dez/24	Dez/25	Dez/24
Aumento/redução de capital nas controladas (a)	90.396	7.629	-	-
Arrendamento mercantil (b)	413	-	413	(4.483)
Baixa incobráveis (c)	-	127	-	477
Provisão para riscos processuais (e)	-	-	2.347	(1.563)

- Aumento de capital nas controladas através de mútuos em aberto com essas controladas ou por Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC (vide nota explicativa nº 12), e redução de capital por absorção de prejuízo.
- A transações que não envolvem caixa, sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, referem-se aos impactos contábeis da baixa de algumas lojas fechadas no exercício bem como reclassificação mantido para venda.
- Baixa do contas a receber contra a provisão de credores de liquidação duvidosa (vide nota explicativa nº 6).
- Reversão de provisão de riscos processuais, para reclassificação no contas a pagar, identificado como “perda no ano”, conforme nota explicativa nº 22.

36. Eventos Subsequentes

Em 31 de janeiro de 2026, a Companhia celebrou contrato de mútuo com a Promontoria Holding 276 B.V., no montante de R\$ 500 mil, com o objetivo de reforço de caixa no curto prazo.

Em 3 de fevereiro de 2026, a Companhia tomou conhecimento que o assessor financeiro (BR Partners) da Companhia, no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Nexpe, protocolou pedido de falência da Companhia perante o Poder Judiciário, relacionado a obrigações financeiras em discussão entre as partes.

Em 18 de março de 2026, a Companhia, em conjunto com seus assessores, protocolou petição nos autos do referido processo, requerendo a suspensão do processo até 31 de março de 2026 para tratativas de acordo.

Em 20 de março de 2026, a Companhia celebrou novo contrato de mútuo com a Promontoria Holding 276 B.V., no montante de R\$ 600 mil, também destinado ao reforço de caixa.

Em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de março de 2026 a Companhia e o referido assessor financeiro celebraram o Instrumento Particular de Transação, por meio do qual as partes formalizaram acordo para equacionamento das obrigações em discussão, incluindo a desistência do pedido de falência anteriormente protocolado.

A Administração entende que, com a formalização do referido acordo, restaram superados os eventos que deram origem ao pedido de falência, não sendo esperados impactos adversos relevantes decorrentes desse tema nas demonstrações financeiras da Companhia.

Conselho da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Francisco Roman Lamas Mendez
Alexander Maria Kloosterman
Srinivas Dhulipala

Diretoria

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Charles de Castro Silva

Contador

Rodolfo Henrique de Moura
CRC 1MG094976

Brit Contabilidade Ltda.
CRC 2MG010697